



DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Fernando Santos Pereira

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da entrada na Mesa da proposta de lei n.º 47/X, das propostas de resolução n.ºs 30 a 32/X, de requerimentos e de respostas a alguns outros.

Em declaração política, o Sr. Deputado João Teixeira Lopes (BE) criticou a política de educação seguida pelo Governo, nomeadamente a decisão de suprimir os exames de Português e de Filosofia no 12.º ano, e respondeu ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado João Bernardo (PS).

O Sr. Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP), também em declaração política, falou da violência em meio escolar e da necessidade de se tomarem medidas de combate a este fenómeno.

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado Miguel Miranda Relvas (PSD) reprovou a estratégia política de investimentos em obras públicas seguida pelo Governo.

O Sr. Deputado José Junqueiro (PS), em declaração política, fez um elogio às decisões assumidas pelo Governo na área das obras públicas, transportes e comunicações e, lembrando anúncios feitos pelo anterior governo nesta matéria, criticou a actual posição do PSD e do CDS-PP. No fim, respondeu ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado

do António Pires de Lima (CDS-PP).

Por último e igualmente em declaração política, o Sr. Deputado Agostinho Lopes (PCP) verberou a falta de elementos fornecidos pelo Governo acerca da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio que se iniciou em Hong Kong.

Ordem do dia. — Ao abrigo do n.º 2 do artigo 77.º do Regimento da Assembleia da República, procedeu-se ao debate de interesse relevante sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro de Estado e das Finanças (Teixeira dos Santos), os Srs. Deputados Miguel Frasquilho (PSD), Afonso Candal (PS), Honório Novo (PCP), Luís Fazenda (BE), António Pires de Lima (CDS-PP), Heloísa Apolónia (Os Verdes), Hugo Velosa (PSD), Diogo Feio (CDS-PP), Adão Silva e José Manuel Ribeiro (PSD), Maximiano Martins (PS), Honório Novo (PCP) e Victor Baptista (PS).

No encerramento do debate, intervieram, além do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, os Srs. Deputados Heloísa Apolónia (Os Verdes), Ana Drago (BE), António Pires de Lima (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP), Miguel Frasquilho (PSD) e Afonso Candal (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 35 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 5 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Alberto Arons Braga de Carvalho
Alberto Marques Antunes
Alberto de Sousa Martins
Alcídia Maria Cruz Sousa de Oliveira Lopes
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
António Alves Marques Júnior
António Bento da Silva Galamba
António José Martins Seguro
António Ramos Preto
António Ribeiro Gameiro
Armando França Rodrigues Alves
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Carlos Alberto David dos Santos Lopes
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
David Martins
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Elísio da Costa Amorim
Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Fernando Manuel de Jesus
Fernando dos Santos Cabral
Glória Maria da Silva Araújo
Horácio André Antunes
Hugo Miguel Guerreiro Nunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
Jacinto Serrão de Freitas
Jaime José Matos da Gama
Joana Fernanda Ferreira Lima
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Joaquim Ventura Leite
Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Carlos Bravo Nico
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Jovita de Fátima Romano Ladeira
João Barroso Soares
João Cândido da Rocha Bernardo
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
Júlio Francisco Miranda Calha
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa
Luís Garcia Braga da Cruz
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luísa Maria Neves Salgueiro
Lúcio Maia Ferreira

Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel Luís Gomes Vaz
Manuel Maria Ferreira Carrilho
Marcos Sá Rodrigues
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Irene Marques Veloso
Maria Isabel Coelho Santos
Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Júlia Gomes Henriques Caré
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Miguel João Pisoeiro de Freitas
Nelson Madeira Baltazar
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paula Cristina Nobre de Deus
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Renato Luís Pereira Leal
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rita Susana da Silva Guimarães Neves
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino da Costa
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes
Teresa Maria Neto Venda
Umberto Pereira Pacheco
Vasco Seixas Duarte Franco
Victor Manuel Bento Baptista
Vitalino José Ferreira Prova Canas
Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
Vítor Manuel Pinheiro Pereira

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
Agostinho Correia Branquinho
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Joaquim Almeida Henriques
António Paulo Martins Pereira Coelho
António Ribeiro Cristóvão

Arménio dos Santos
Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos António Páscoa Gonçalves
Carlos Jorge Martins Pereira
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Domingos Duarte Lima
Emídio Guerreiro
Feliciano José Barreiras Duarte
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Santos Pereira
Fernando dos Santos Antunes
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Herminio José Sobral Loureiro Gonçalves
Hugo José Teixeira Velosa
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa
Jorge Fernando Magalhães da Costa
Jorge José Varanda Pereira
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
José António Freire Antunes
José Eduardo Rego Mendes Martins
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
José Manuel Pereira da Costa
José Manuel de Matos Correia
José Mendes Bota
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
José de Almeida Cesário
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Carloto Marques
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Manuel Filipe Correia de Jesus
Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Mário Patinha Antão
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Quartin Graça Simão José
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos
Ricardo Jorge Olímpio Martins
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes
Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
António Filipe Gaião Rodrigues
Bernardino José Torrão Soares
Francisco José de Almeida Lopes
José Batista Mestre Soeiro
José Honório Faria Gonçalves Novo

Maria Luísa Raimundo Mesquita

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista
António Carlos Bívar Branco de Penha Monteiro
António de Magalhães Pires de Lima
Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
José Miguel Nunes Anacoreta Correia
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
Luís Pedro Russo da Mota Soares
Nuno Miguel Miranda de Magalhães
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
Ana Isabel Drago Lobato
Fernando José Mendes Rosas
Francisco Anacleto Louçã
Helena Maria Moura Pinto
João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes
Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Sr.^a Secretária vai proceder à leitura do expediente.

A Sr.^a **Secretária** (Rosa Maria Albernaz): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: proposta de lei n.º 47/X — Altera o Código de Processo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44129, de 28 de Dezembro de 1961, designadamente procedendo à introdução da regra de competência territorial do tribunal da comarca do réu para as acções relativas ao cumprimento de obrigações e à modificação da competência territorial dos solicitadores de execução no âmbito do processo executivo, bem como o Estatuto da Câmara dos Solicitadores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 88/2003, de 10 de Setembro, o regime anexo ao Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de Setembro, e o Decreto-Lei n.º 202/2003, de 10 de Setembro, que baixou à 1.^a Comissão; e propostas de resolução n.º 30/X — Aprova, para ratificação, a Revisão dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), adoptada pelo Conselho de Ministros da CPLP, na sua VI Reunião Ordinária realizada em São Tomé e Príncipe, em 31 de Julho de 2001, que baixou à 2.^a Comissão, 31/X — Aprova, para ratificação, a Convenção sobre o Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial, aprovada na III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em Maputo, a 18 de Julho de 2000, e assinada em Lisboa, a 31 de Maio de 2004, que baixou à 2.^a Comissão, e 32/X — Aprova, para ratificação, a Revisão dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), adoptada pelo Conselho de Ministros da CPLP, na sua VII Reunião Ordinária realizada em Brasília, em 30 de Julho de 2002, que baixou à 2.^a Comissão.

Foram também apresentados diversos requerimentos.

No dia 28 e nas reuniões plenárias de 29 e 30 de Novembro: ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados Mota Amaral e Bernardino Soares; aos Ministérios das Finanças e da Administração Pública, da Administração Interna, do Trabalho e da Solidariedade Social, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, formulados pelos Srs. Deputados Miguel Ginestal, Abílio Dias Fernandes, António Filipe, José Soeiro e Francisco Madeira Lopes; aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Economia e da Inovação, formulado pelo Sr. Deputado José Cesário; ao Ministério da Saúde, formulado pelo Sr. Deputado Adão Silva; aos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, formulados pelo Sr. Deputado Eugénio Rosa; ao Ministro da Presidência, formulado pelo Sr. Deputado Jorge Machado; aos Ministérios da Justiça e do

Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, à Câmara Municipal de Setúbal, aos Presidentes das Assembleias de Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada e de São Simão e às Juntas de Freguesia de Alhandra, de Nossa Senhora da Anunciada e de São Simão, formulados pelos Srs. Deputados Nuno Magalhães, Telmo Correia e Miguel Tiago; ao Ministério da Cultura, formulado pela Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

Na reunião plenária de 2 de Dezembro: aos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, da Defesa Nacional e da Educação e às Câmaras Municipais do Seixal, de Almada e de Porto de Mós, formulados pelos Srs. Deputados Luís Carloto Marques, Luís Rodrigues e Luísa Mesquita.

Na reunião plenária de 30 de Novembro e no dia 5 de Dezembro: aos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, do Trabalho e da Solidariedade Social e da Economia e da Inovação e às Câmaras Municipais de Campo Maior, de Elvas e de Arronches, formulados pelos Srs. Deputados José Raúl dos Santos, Luís Carloto Marques e Mariana Aiveca; ao Conselho de Administração da RTP, formulado pelo Sr. Deputado Miguel Laranjeiro; ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado Nuno Magalhães; e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, formulado pela Sr.^a Deputada Teresa Caeiro.

O Governo respondeu a requerimentos apresentados por vários Srs. Deputados.

No dia 2 de Dezembro: Bernardino Soares, Adão Silva, Vasco Cunha, Mota Amaral, Jorge Machado, José Soeiro e José Luís Ferreira.

No dia 5 de Dezembro: Marco António Costa, Luísa Mesquita, Nuno Magalhães, Miguel Almeida, Jorge Machado, Fernando Rosas, Fernanda Asseiceira, Alda Macedo, Mota Amaral, Agostinho Lopes, José Luís Ferreira, José Soeiro, Eugénio Rosa e Adão Silva.

No dia 7 de Dezembro: Miguel Almeida.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início ao período de declarações políticas.

O primeiro orador inscrito é o Sr. Deputado João Teixeira Lopes, a quem dou a palavra.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este Governo está a falhar na educação.

Não bastavam os cortes orçamentais!

Não bastavam as falsidades reincidentes de um Secretário de Estado que, em vez de ser imediatamente demitido (porque os exemplos também educam!), foi, ao invés, premiado com a confiança política do Primeiro-Ministro!

Não bastava o espanto da Sr.^a Ministra, visitando uma escola, ao constatar que os professores não possuíam gabinetes de trabalho onde lhes fosse possível preparar aulas ou receber alunos!

Não bastava a despudorada tentativa do Governo em quebrar o poder sindical, reduzindo-o ao epíteto de mera acção corporativa (e chegamos à altura de questionarmos se não é este Governo uma mescla de famintas corporações, desejasas de se apoderarem dos bens públicos...)!

Não bastava a anunciada intenção de desrespeitar o princípio da «melhor graduação/melhor posição» na colocação de professores!

Não bastavam os dados recentes de um estudo promovido pelo próprio Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior, mostrando, pela crua evidência dos números, que apenas 3 em cada 10 estudantes são provenientes das camadas sociais mais desfavorecidas!

Não bastavam os aumentos brutais das propinas, superiores a 140%, fazendo do nosso país uma das sociedades europeias em que o peso com despesas de educação mais desgasta as famílias!

Não bastava a revelação de que Portugal despende quase menos de metade com cada aluno do ensino superior do que a média da União Europeia — e, já agora, no que se refere ao ensino básico e secundário, continuar a repetir que gastamos tanto ou mais em termos de PIB é uma torpe falácia, uma vez que não podemos comparar o PIB português com o espanhol, o alemão ou o sueco!

Não bastando tudo isto, sabemos, agora, que o Governo decidiu dar uma «machadada» impiedosa na formação dos alunos que se candidatam ao ensino superior, suprimindo os exames de Português e de Filosofia.

É toda uma mentalidade que se vai revelando. O pensamento único, a dominação dita pragmática, a tecnocracia sem alma e sem coração.

Vozes do BE: — Muito bem!

O **Orador**: — A mesma que vê nos *rankings* a revelação do sistema educativo, reduzindo-o a um mercado, promovendo a competição cega em tomo dos resultados escolares, favorecendo as práticas cada vez mais frequentes, embora informais ou clandestinas, de selecção social dos alunos pelas escolas, recusando os que provêm, por exemplo, dos bairros ditos problemáticos ou dos que possuem necessidades educa-

tivas especiais, ou, ainda, fabricando turmas de excelência expurgadas da «escumalha», dos «resíduos», do «lixo escolar».

Os exames nunca foram «alfa e ómega» da educação. Não acreditamos no fetichismo dos exames — a transformação, por magia, de um bárbaro num sabedor, após o acto «sagrado» de passar no exame. Sempre defendemos modalidades diversificadas de avaliação dos alunos: a avaliação contínua, laboratorial ou em oficina.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a desvalorização do Português e da Filosofia é toda uma ideologia. É a consagração de um saber e de um saber-fazer que despreza duas das fundamentais matrizes da formação humanista e científica. Direi mesmo, da formação ética, da maneira como vemos e organizamos a realidade.

O padrão, agora, parece ser o de uma mesquinha racionalidade técnico-científica — racionalidade pequenina, apoucada, mutilada.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — A língua materna é a Pátria — a Pátria sem fronteiras, sem exclusivismos, aberta à misturação e à contínua reinvenção. A Filosofia é o pensamento crítico e divergente, a reflexão, a ontologia, o ser e o estar no mundo.

Cabe perguntar: que pessoas formamos, então? Cidadãos e cidadãs unidimensionais?! Cómodos?! Resignados?! Conformados?! Vergados a uma razão instrumental?! Domesticados?!

Não merecemos esta «educação». Acima de tudo, não merecemos este Governo. Um Governo que aceita um modelo de desenvolvimento e de qualificação rente ao chão de um País que desiste do ensino superior, que desiste da língua portuguesa e que desiste do saber pensar.

Dizia Abel Salazar, médico, pintor, escritor, cidadão activo e interveniente: um médico que só sabe de medicina nem bom médico é!

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Um engenheiro ou, se quisermos, qualquer formação que só saiba do seu ofício não é nenhuma formação, é apenas uma pragmática. E essa pragmática é contra o modelo que defendemos, da universalidade, do humanismo, do pensamento crítico e divergente, da possibilidade de estarmos aqui com um sentido alternativo de pensar o mundo de múltiplas formas.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Bernardo.

O Sr. **João Bernardo** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado João Teixeira Lopes, a pretexto de algo que ainda está em discussão e em fase de consulta pública, faz uma crítica, na nossa perspectiva, sem nexo e sem sentido, àquilo que é a grande mudança que este Governo está a implementar no sistema educativo português, começando por aquilo que consideramos nuclear à mudança do paradigma da educação em Portugal, que é o ensino básico.

O Sr. Deputado parece não querer ver a mudança que resulta do prolongamento do horário escolar no 1.º ciclo do ensino básico, da introdução do inglês e da aprovação dos exames do 9.º ano, que, curiosamente, o Sr. Deputado e a bancada do BE tanto contestaram neste Hemiciclo. Agora, aparecem a defender, a todo o transe, os exames do 12.º ano em todas as disciplinas.

Parece-nos que a sua intervenção foi feita fora de tempo, Sr. Deputado, já que, neste momento, não há decisão alguma do Ministério da Educação sobre a abolição dos exames de Português e de Filosofia no 12.º ano.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — O que há é um pedido de parecer ao Conselho Nacional de Educação sobre esta matéria, que será emitido nos próximos dias.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — E qual é a vossa opinião?

O **Orador**: — É preciso acabar com a mistificação «popularucha» de que o Governo quer facilitar o sistema ao anular os exames de Português e de Filosofia. Também é preciso dizer que isto não tem reflexos este ano, apenas se aplica aos alunos que entraram no novo sistema do ensino secundário.

Mais: o ensino secundário necessita de um projecto próprio, que não teve até hoje. É preciso que o 12.º ano não sirva, única e exclusivamente, como via de acesso às universidades; é preciso que o 12.º ano

tenha a ver com a realidade, com o futuro e a empregabilidade dos nossos jovens!

Sr. Deputado João Teixeira Lopes, considera errado que um governo tenha a preocupação de ouvir todos os parceiros sobre esta matéria?

Há que dizer que, se esta recomendação for aceite pelo Conselho Nacional de Educação, não se abole a necessidade de aproveitamento dos alunos nas disciplinas de Filosofia e Língua Portuguesa, porque terão de ter aproveitamento escolar nas provas que têm de continuar a fazer nestas disciplinas.

Não podemos passar a mensagem errada e falsa de que acabamos com a avaliação da língua materna, única disciplina do sistema educativo que todos os alunos têm do 1.º ao 12.º anos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Bernardo, começo por lembrar que o que V. Ex.^a defende ser uma profunda revolução no sistema educativo é, afinal, um conjunto de medidas extraordinariamente polémicas, na maior parte dos casos avulsas e de grande propaganda.

O Sr. **João Bernardo** (PS): — Não é verdade!

O **Orador**: — Sr. Deputado, defendendo nós uma escola a tempo integral, também não podemos deixar de defender recursos escolares efectivos. E, enquanto as escolas não possuírem bibliotecas escolares devidamente apetrechadas, centros multimédia e instalações multiusos, as intenções do Ministério vão certamente muito mais direcionadas para a quebra da autonomia das escolas e da autonomia dos professores do que, propriamente, para o refazer do quotidiano escolar, que é o que nos interessa.

Por exemplo, não é concebível que nas aulas de substituição, por razões meramente economicistas, os senhores tenham professores de Português a substituir professores de Educação Física que faltam às aulas apenas para entreter os alunos numa «odiosa» hora passada de forma intolerável, muitas vezes desgastando professores e alunos.

O Sr. **João Bernardo** (PS): — Não é verdade!

O **Orador**: — Na verdade, o que esses alunos deveriam ter era uma substituição por um professor da mesma disciplina! Mas os senhores não o fazem por razões económicas, porque tal implicava o pagamento a esses professores.

Assim como é inconcebível que tenham aberto um negócio aos institutos privados para o inglês, pagando, como se sabe, uma quantia irrisória aos monitores de inglês, sem a devida qualificação, nas escolas do 1.º ciclo.

São medidas avulsas, medidas de propaganda e que visam, na maior parte dos casos, degradar as condições de exercício da profissão docente.

Queremos uma escola a tempo integral, queremos uma escola animada, mas queremos, acima de tudo, uma escola com recursos, e uma escola com recursos exige tradução orçamental. Por que razão esta tradução orçamental não existiu no Orçamento que, infelizmente, aprovámos há pouco tempo?! Esta é a grande questão.

No que diz respeito aos exames, Sr. Deputado, criticamos esta visão do Governo de uma formação mutilada, deteriorada, apoucada. Como é que é possível que a Língua Portuguesa e a Filosofia, que são as matrizes, volto a referir, de qualquer pensamento, de qualquer forma de estar no mundo, de qualquer disciplina, de qualquer racionalidade, sejam excluídas?!

Isto significa uma opção, opção que, inclusivamente, vai para além da questão dos exames; é uma opção em desvalorizar duas dimensões fundamentais da ética, do estar no mundo, do pensamento crítico e divergente. Não vos interessa a crítica?! Não vos interessa o pensamento divergente?! Não vos interessa a capacidade de aprender a aprender?! Isto é que é fundamental, é que é importante e absolutamente crucial nos dias de hoje. A Língua Portuguesa como matriz de comunicação, de cosmopolitismo, e a Filosofia, acima de tudo, como ensinar a discordar.

É bom de ver que este Governo não gosta de ensinar a discordar, porque, na verdade, não lhe interessa a sã polémica mas, sim, a propaganda e, acima de tudo, não entrar no debate público a usurpação do bem público e o desgaste dos serviços públicos.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: «O professor de matemática Francisco Barreto parecia um soldado num campo de batalha. Quando se dirigia para a sala de

aula, deu de caras com um cenário de guerra: uma aluna estava a ser pontapeada por duas raparigas de 13 anos no corredor. Incomodado com a situação, Francisco decidiu intrometer-se na luta.

Na escola de Marvila, em Lisboa, o diálogo nem sempre é a melhor solução para acabar com os conflitos.

Dirigiu-se a elas e tentou separá-las à força. Uma das miúdas não gostou e reagiu de imediato. 'Deu-me uma estalada e ainda quis entrar para dentro da sala', diz o professor, de 43 anos.

No meio da confusão, Francisco foi mais rápido e fechou-lhe a porta na cara. A agressora jurou vingança. E poucos minutos depois cumpriu a promessa: dois rapazes de 14 anos entraram de rompante pela sala preparados para o atacar.

O professor ainda conseguiu agarrar o primeiro, mas o segundo puxou o punho para trás, ganhou impulso e atingiu-o na cara com um murro. 'Partiu-me os óculos e uma das lentes fez-me um corte no olho. Fiquei temporariamente cego', lembra. O sangue escorria-lhe pela cara e Francisco tinha dificuldades em manter-se de pé. Os auxiliares chamaram a ambulância que o transportou para o Hospital de São José, em Lisboa. Ali, foi submetido a uma pequena cirurgia».

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O relato que agora vos li veio publicado na imprensa, no passado mês de Novembro. Este relato é a face visível de um problema que hoje existe nas nossas escolas.

No passado ano lectivo, 191 pessoas, entre alunos, professores e funcionários auxiliares, receberam tratamento médico devido a agressões físicas sofridas nas escolas. No total, foram denunciadas 1232 ofensas à integridade física.

Estes são os dados oficiais do gabinete de segurança do Ministério da Educação, relativos ao ano lectivo de 2004/2005 e demonstram que o fenómeno da violência em meio escolar se tem agravado, assumindo proporções muito preocupantes.

Num inquérito recentemente realizado por uma associação de professores, 80% dos inquiridos afirmaram peremptoriamente que a actividade de professor é uma profissão de risco. A violência escolar assiste a um crescimento acelerado nas mais variadas formas e graus de intensidade: desde a simples indisciplina até à prática de agressões físicas, desde a ameaça aos alunos (vulgo *bullying*) até à prática de actos racistas e xenófobos, desde a simples injúria à detecção de armas brancas e até de armas de fogo.

Do que aqui estamos a falar não é da teoria rousseauriana do bom selvagem, nem exclusivamente dos excluídos do sistema. Estamos perante um problema complexo, com inúmeras origens e variadíssimos catalizadores. Mas estamos, acima de tudo, perante um problema de violência específica, que merece um tratamento e respostas específicas.

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A consciência desta realidade exige um estudo profundo do fenómeno da violência em meio escolar e, consequentemente, uma apresentação rápida de medidas por parte do Estado,....

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... sabendo bem que a solução só pode passar por um esforço conjunto dos vários intervenientes: escola, professores, pais, alunos, auxiliares, forças de segurança, poder político e até das entidades da sociedade civil.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Agora, o que não podemos fazer é fingir que o problema não existe, desvalorizar o que está a acontecer, olhar e «assobiar» para o lado.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Esta nova realidade carece de novas respostas, de novas abordagens e de novos estudos para sabermos que novas políticas é que temos de tomar.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Este é o caminho que o mundo ocidental tem seguido e que hoje se traduz na existência de organismos que têm como função exclusiva estudar e combater a questão da violência nas suas várias vertentes.

A título de exemplo, refira-se a criação, em 1998, do observatório europeu da violência escolar, criado pelos países da União Europeia, com o patrocínio da Comissão Europeia, exactamente para intensificar o combate a este tipo de fenómenos.

Em Portugal, está em vigor, desde 1996, o programa Escola Segura. Sucede, no entanto, que este pro-

grama por si só não consegue dar resposta às manifestações de violência no ambiente escolar. A prova mais evidente deste facto vem do próprio gabinete de segurança do Ministério da Educação, que sugere a criação de uma entidade que acompanhe e analise cientificamente os dados estatísticos relativos à violência em meio escolar, em conjunto com a estrutura do programa Escola Segura e identifique as medidas necessárias e as implemente nas escolas que delas careçam.

Pela nossa parte, há muito que temos vindo a alertar para estes problemas que na escola, lamentavelmente, hoje se vivem.

Já na VIII Legislatura, o CDS-PP trouxe à discussão uma série de iniciativas que visavam combater este fenómeno, entre as quais uma que propunha a criação de um observatório da violência escolar.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queremos hoje, aqui, anunciar que iremos proceder à apresentação de um projecto que dê resposta aos problemas atrás anunciados. Vamos, o mais rapidamente possível, dar entrada na Mesa de um projecto que crie uma entidade de observatório da violência escolar.

A Sr.^a Luisa Mesquita (PCP): — Ah!

O **Orador**: — Entendemos ser fundamental a criação de uma estrutura capaz de proceder a um esforço global e coordenado de prevenção destes comportamentos, elaborando estudos que identifiquem as causas, mas, mais importante do que isto, que crie meios de combate a este flagelo que assola as escolas de Portugal, alertando todos para as consequências negativas que este fenómeno tem na formação dos nossos jovens e no descrédito do nosso sistema educativo. Pensamos que com isto estamos a cumprir o nosso trabalho e a dar o nosso melhor pelo sistema educativo e pelos jovens de Portugal.

Applausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Miranda Relvas.

O Sr. **Miguel Miranda Relvas** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Assistimos há poucos dias, nesta Assembleia, à aprovação de um Orçamento que aumenta a carga fiscal sobre os portugueses e que insiste no desperdício de dinheiros públicos em projectos de fachada. Assistimos, ontem, à apresentação, com a pompa e circunstância tão do agrado dos governos socialistas, do projecto do TGV. Tínhamos assistido, também há pouco tempo, à apresentação, revestida da mesma pompa e circunstância, do projecto do aeroporto da Ota.

Ficam, assim, bem evidenciadas as duas faces do Governo: por um lado, aumenta os impostos sobre as pessoas e as empresas, cria condições que acelera o aumento do desemprego e aumenta a idade da reforma — é o Governo a impor mais sacrifícios aos portugueses! —, e, por outro, mantém, teimosamente, o erro das SCUT e repete, de forma irresponsável, o mesmo erro, lançando a Ota e o TGV.

Applausos do PSD.

É o novo riquismo do Governo. O que é preciso é gastar, fingindo que somos um país rico! É o Governo a esbanjar os resultados dos sacrifícios impostos aos portugueses!

É preciso dizer, sem subterfúgios, que, ao contrário do que o Governo e o Partido Socialista pretendem fazer crer com as suas manobras de diversão, nenhuma destas obras públicas tem efeitos positivos na criação sustentada de riqueza e no aumento da competitividade do País. Tratam-se, apenas, de novos equipamentos, não de novas formas de criação de riqueza. O País não ficará mais rico; provavelmente, até ficará mais atrasado e menos competitivo, como sempre sucede quando os recursos são escassos e as opções erradas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Assim, o Governo socialista inverte por completo o discurso do pretenso rigor. E nada há mais perigoso do que isto numa conjuntura em que é indispensável, antes do mais, a compreensão das dificuldades e a mobilização dos portugueses para vencer a actual crise.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — No caso destas enormes despesas não estamos sequer perante o risco natural de qualquer investimento mas perante a certeza de um erro grosseiro. E, por este andar, um dia destes teremos um País com os melhores equipamentos da Europa e com a economia mais atrasada da União Europeia.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Com as SCTU o Governo vai gastar, até 2025, cerca de 700 milhões de euros/ano (140 milhões de contos/ano); com a Ota, o Governo vai gastar 3000 milhões de euros (600 milhões de contos); com o TGV, o Governo vais gastar cerca de 8000 milhões de euros (1600 milhões

de contos), a maior parte dos quais a fundo perdido. E segue-se, com estas gigantescas despesas, a estratégia típica dos governos socialistas: gasta-se agora e paga-se depois; nós gastamos e depois de nós alguém há-de pagar.

O problema é que, para além de decisões erradas, há aqui uma questão séria de legitimidade política. Com efeito, estes encargos agora apressadamente assumidos vão comprometer, de forma inaceitável, a acção dos futuros governos e as opções constantes dos futuros Orçamentos.

Aplausos do PSD.

E, como se isto não fosse já suficiente, o Governo está a hipotecar o futuro das novas gerações e está a impor aos jovens de hoje que paguem, nos próximos anos, a irresponsabilidade destes encargos e destas decisões.

Se dúvidas houvesse quanto ao erro das SCUT, o Tribunal de Contas encarregou-se, de novo, de, com meridiana clareza, as dissipar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A Ota é um desperdício de recursos, sem qualquer contributo para a criação de riqueza.

Também o TGV, lançado agora, constitui uma precipitação. Na fase em que o País se encontra, com impostos a subir, crescimento económico a diminuir e desemprego a aumentar, comprometer desde já muitos milhões de euros numa obra destas é, no mínimo, uma enorme precipitação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Precipitação, ainda, porque este dinheiro nunca mais será recuperado. Precipitação, finalmente, porque a exploração futura do TGV é uma incógnita em termos de rentabilidade.

Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Deputados: Há uma realidade ainda mais grave em tudo isto. Com as SCUT, a Ota e o TGV, o País vai gastar, no mínimo, 28 000 milhões de euros, muito mais, em termos de volume global, do que os Fundos Comunitários que o País está a negociar em Bruxelas e que andarão à volta de 21 000 milhões de euros.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em teoria, estamos a negociar fundos alegadamente para a educação, a ciência, a qualificação dos portugueses, a economia do conhecimento. Na prática, o Governo está a comprometer verbas superiores às provenientes dos Fundos em obras de betão que não põem a economia a criar riqueza e a gerar competitividade.

Aplausos do PSD.

Este Governo mais parece um pretenso empreiteiro sem visão estratégica. É um Governo que apenas gasta, não investe! É um Governo que não comprehendeu, nem parece ser capaz de algum dia compreender que, em vez de resolver os problemas antigos, está tão-só a criar mais e novos problemas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, não há outra forma de o dizer: o Governo está a tentar enganar os portugueses. O Governo quer dar a ilusão de estarmos num país rico, quando a verdade é que o País atravessa dificuldades. O Governo quer vender a ideia de que há dinheiro para tudo, quando a verdade é que depois lança mais impostos sobre as pessoas e as empresas. O Governo quer dar a sensação de que o País pode gastar o que tem e o que não tem, quando a verdade é que tudo isto se paga mais tarde, seja em termos de aumento do desemprego seja em perda de competitividade externa.

Por nós, não pactuaremos nunca com o caminho pelo qual o Governo nos quer conduzir, porque sabemos que, esse, não é um bom caminho para Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com a apresentação e discussão do projecto de alta velocidade, o Governo deu um passo decisivo na consolidação da sua estratégia e objectivos para os equipamentos fundamentais à modernização e desenvolvimento do País. É necessário reconhecer que, para se chegar aqui, ainda sem ter concluído um ano de mandato, o Governo revelou iniciativa,

determinação e capacidade de decisão, e, sobretudo, revelou que tinha uma política, ou seja, exactamente o contrário dos governos do PSD/CDS que, em três anos, fizeram passar pela pasta das Obras Públicas três ministros, todos iguais e todos diferentes, que nunca conseguiram dizer a mesma coisa sobre o mesmo assunto e que deixaram como imagem de marca o desalento, a hesitação, a incapacidade para decidir e a obra feita.

Aplausos do PS.

É, no entanto, justo reconhecer que o PSD e o CDS na oposição continuam coerentes com a sua acção governativa, adoptando o caminho errante de uma «barata tonta»...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Barata tonta?!

O Orador: — ... e dando o dito por não dito sobre o que num momento era uma escritura e no dia seguinte se transformou numa megalomania.

De facto, em Novembro de 2003, na Figueira da Foz, os governos de Portugal e de Espanha assumiram o projecto global para a alta velocidade no valor de 12 500 milhões de euros, com pompa e circunstância, Sr. Deputado Miguel Relvas, como se impunha, aliás!

No ano seguinte, na Cimeira de Santiago de Compostela, reassumiram de novo aquele compromisso, novamente com pompa e circunstância! Quem não cabia em si de contente nesta Assembleia eram, na altura, o então Ministro Marques Mendes e os Deputados da velha maioria; exactamente os mesmos que, depois de irem para casa por mandato dos portugueses,...

Vozes do CDS-PP: — Por decisão do Presidente da República!

O Orador: — ... hoje, pasme-se, alvoroçados, gesticulam e barafustam contra as decisões do Governo do PS, que mais não faz do que honrar os compromissos entre dois Estados, compromissos que o PSD e o CDS salivaram em múltiplos discursos e festejaram com tantos foguetes. Mas é o que temos! E, diz o povo, «quem faz o que sabe a mais não é obrigado!».

Aplausos do PS.

A seguir, no mesmo caminho errático, vêm os Deputados da velha maioria e os actuais autarcas do PSD e do CDS, com o Presidente da Associação Nacional de Municípios à cabeça, reivindicar do Governo outras ligações: ou a Vigo, ou de Aveiro/Viseu/Salamanca. A verdade é que o ridículo também mata!

Então, se os líderes dos seus partidos, do PSD e do CDS, estando contra toda e qualquer ligação ferroviária de alta velocidade, e, portanto, contra todas aquelas linhas que reivindicam, não seria mais aconselhável, até por uma questão de decoro e credibilidade pessoais, que os Deputados e autarcas daqueles partidos se envolvessem no apoio ao Governo do PS, que é o único a querer concretizar aqueles projectos, e se envolvessem na escolha de outros presidentes para os seus partidos como forma de se ajudarem a si próprios e ao País?

Aplausos do PS.

Como, no entanto, esta intervenção é multimodal, passemos para os meios aéreos, para a Ota. O Governo decidiu e está decidido!

Então, não é verdade que o governo do PSD/CDS, através do ministro Valente de Oliveira, depois de algumas hesitações, justificou nesta Assembleia a necessidade do novo aeroporto na Ota e afirmou que a sua construção começaria em 2009?! E não é igualmente verdade que o então Ministro Carmona Rodrigues até constituiu uma comissão, cujo trabalho deveria ter sido divulgado em Junho do ano passado, para consolidar a reserva de terrenos na área da Ota?! Também é verdade que depois aconteceu a meteórica aparição de um terceiro ministro da mesma área a dizer que, por enquanto, não mexia nisso — e, dizemos nós, nem isso, nem naquilo, nem em nada, porque entre o dizer e o fazer transformou-se numa inexisteência!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E o mesmo se passaria hoje nas estradas se os governos do PS não tivessem assumido que a infra-estruturação rodoviária do território assume um papel catalizador dos processos de desenvolvimento económico e social, com o objectivo de, como se pode ler no Relatório do Tribunal de Contas: reduzir desequilíbrios regionais, aumentando a oferta de infra-estruturas em zonas de menos cobertura; partilhar com o sector privado os benefícios e os riscos inerentes ao investimento; minimizar o esforço financeiro do Estado; incentivar a melhoria da qualidade de serviço prestado e a inovação; acelerar a execução do Plano

Rodoviário Nacional; e permitir a construção de auto-estradas em que, tecnicamente, o número de nós de ligação desaconselhava a introdução de portagens.

Se o Tribunal de Contas faz essencialmente observações aos procedimentos, também é verdade que sublinha a necessidade de se realizar a avaliação dos benefícios, tanto mais por reconhecer que são razões de interesse público aquelas que permitem decidir estas obras. E estes benefícios são evidentes.

De facto, com cerca de 15 anos de antecipação, o Estado oferece às populações e aos agentes económicos redução da sinistralidade rodoviária, melhoria da circulação das pessoas e bens, redução dos custos de transporte, redução dos tempos de percurso, melhoria da qualidade ambiental, coesão nacional e desenvolvimento regional. O Estado beneficia de impactos na economia regional, que têm de ser avaliados com base no retorno fiscal (entrega ao Estado antecipada de receita fiscal) e transferência de riscos para os privados (fases de projecto, construção e exploração), e reduz, ainda, as despesas operacionais, de que, por exemplo, ninguém fala, mas só no ano de 2005, assumem o valor de 73 milhões de euros.

É evidente que o PSD e o CDS, na sua crítica errática, por desorientação dos seus líderes, por culpa das suas lideranças, fazem um pouco como na guerra: atiram a tudo o que se mexe e acabam por aniquilar os seus concidadãos com o chamado «fogo amigo».

O maior projecto do PSD e do CDS para Portugal era nada fazer: nem aeroporto, nem ferrovia, nem estrada, apenas lançar portagens sobre o que os outros realizaram e estão a realizar.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — É completamente falso!

O **Orador**: — Parafraseando o poeta: «um líder fraco torna fraca a sua gente». Dois líderes fracos fazem ainda muito pior!

Aplausos do PS.

O PSD e o CDS assumem as SCUT com uma enorme hipocrisia. Quando Durão Barroso inaugurou a A23 elogiou a obra, disse ser a realização do século e, tal como na Via do Infante, disse que não se justificava a introdução de portagens. Os Deputados da velha maioria aplaudiram freneticamente! No entanto, depois de deixarem as populações da terra, chegaram a Lisboa, tocaram a reunir e afinaram com o extinto governo o discurso para a introdução de portagens. Não há estradas grátis! — dizem. Mas também não há metropolitano, CP, Transtejo, transportes suburbanos gratuitos! — dizemos nós.

Todo o País é solidário com as grandes áreas metropolitanas e estas também são solidárias com o resto do País.

Os espanhóis que nos visitam beneficiam da ausência de portagens, que são pagas por nós — repete a direita. E nós lembramos que, tanto em Espanha como em Portugal, só pagamos mesmo as auto-estradas com portagem, porque, lá, como cá, também existem as que estão isentas.

Depois insistem, afirmando, que o futuro fica comprometido. Hoje, é absolutamente claro para todos que o futuro, com estas obras, é mais e melhor futuro para as actuais gerações e para as que hão-de vir, pois encontrarão as oportunidades de crescimento, desenvolvimento e de bem-estar que os mais velhos, infelizmente, não conhecem.

A direita revela uma enorme insensibilidade social e ignora o esforço principal que deveria ser feito na preservação de vidas humanas.

Para além das vidas perdidas, dos dramas familiares e pessoais, tragédias humanas inquantificáveis, quero dizer à velha maioria que, por exemplo, A25, depois de aberta ao tráfego — com base num estudo comparativo —, reduziu em 67% o número de mortos, em 72% o número de feridos graves e em 51% o número de feridos ligeiros.

Nós fazemos a contagem das vidas; os senhores fazem a contagem dos dinheiros! Para nós, as pessoas estão em primeiro lugar!

Aplausos do PS.

Para além das tragédias inquantificáveis de origem familiar, é preciso que esta Câmara lembre que este investimento se justifica não só porque diminui o número de mortos, o número de acidentes e o número de feridos mas também porque para o Estado o custo de cada morto é de mais de 1 milhão de euros e de cada ferido grave é de mais de 100 000 euros. Tudo é quantificável!

Assim, fica clara a diferença entre o Governo do PS, que decide e governa a pensar nas pessoas e nas novas oportunidades para as novas gerações, e o discurso da direita, amargo, hipócrita e imobilista, que, em vez de procurar soluções para Portugal, apenas se preocupa com nichos de mercado e «políticas de paróquia».

É por isso que o Grupo Parlamentar do PS saúda as decisões que o Governo tem vindo a assumir, também na área das obras públicas, transportes e comunicações, pelos portugueses e por Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Pires de Lima.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Junqueiro, gostaria de lhe recomendar alguma seriedade e rigor políticos nas críticas que faz ao CDS-Partido Popular.

A Sr.^a **Rosa Maria Albernaz** (PS): — Olha quem fala!

O **Orador**: — Até porque não creio que V. Ex.^a ou a sua bancada tenham especial autoridade moral para acusar o CDS de falta de coerência em relação ao quer que seja. Basta lembrar a posição que essa bancada e V. Ex.^a, em particular, assumiram quando o governo anterior anunciou como prioritários alguns destes projectos e quando iniciou o processo de reforma da Administração Pública. Foram, então, gritantes as berrarias e protestos dessa bancada e de V. Ex.^a, muitas vezes associando-se a campanhas absolutamente demagógicas que foram dirigidas pela extrema-esquerda. E lembramos também a posição que essa bancada assumiu quando o anterior governo repôs as portagens na CREL, medida que, agora, VV. Ex.^{as} são incapazes de rever.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas, em relação a estas matérias e em nome da clarificação da posição do CDS, quero ainda dizer-lhe duas ou três coisas que só V. Ex.^a não percebeu. É certo que mantemos as críticas que fizemos, porque ainda não fomos esclarecidos, relativamente a aspectos essenciais do projecto de construção do novo aeroporto e que mais importância ganham quando se anuncia agora este investimento no TGV, que põe em causa uma parte do tráfego nas rotas Lisboa/Porto e Lisboa/Madrid no que respeita ao novo aeroporto.

Por outro lado, também é certo que criticámos, e vemos, com muito gosto, o Tribunal de Contas agora acompanhar-nos, a manutenção de todas as SCUT, que têm um custo elevadíssimo e que vamos ter oportunidade de discutir já, a seguir, no debate do Programa de Estabilidade e Crescimento. Temos uma posição construtiva relativamente a algumas dessas infra-estruturas e à sua gratuitidade, nomeadamente nas Beiras e no que respeita ao troço de Castelo Branco. Mas temos as maiores dúvidas quanto à bondade económica e à justificação da manutenção da gratuitidade da Via do Infante ou da Linha do Oeste, da Costa de Prata. E nunca vimos o Partido Socialista ou o Governo apresentarem argumentos sérios para justificar a manutenção desta gratuitidade.

Relativamente ao TGV, deixe-me dizer-lhe que V. Ex.^a se enganou no alvo, porque nós sempre o defendemos. Na anterior Legislatura, fomos responsáveis pelo seu anúncio e lançamento e, nesta Legislatura, elementos desta bancada já, por várias vezes, defenderam a prioridade de alguns investimentos públicos, como é o caso da banda larga e do TGV. Disse-o nesta Câmara, por exemplo, a 7 de Julho, quando defendemos mais uma vez o TGV e a sua prioridade em termos de arranque de construção. Ao contrário de VV. Ex.^{as}, que mudam de posição conforme estão na oposição ou no governo, o CDS é favorável à construção do TGV e pensa que ele obedece a uma prioridade na competitividade da Nação e que serve alguns centros urbanos fundamentais, como são os casos de Aveiro, Coimbra e Leiria. Ainda ontem tive oportunidade de o dizer na televisão, mas V. Ex.^a nunca ouve e depois critica sem razão.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Não vê televisão!

O **Orador**: — O que VV. Ex.^{as} não conseguem fazer é esclarecer alguns aspectos técnicos muito importantes, e que têm um impacto muito importante ao nível dos custos, deste megaprojecto ontem anunciado. Por que é que, relativamente ao troço Lisboa/Porto, se opta por uma via que custa mais 3500 milhões de euros, que permite fazer a viagem em uma hora e meia, ao invés de se optar pela manutenção e aproveitamento integral da linha pendular, que permitiria fazer a viagem em duas horas. Não nos conseguiram ainda esclarecer relativamente a esta matéria. Além de que, aquando da apresentação deste projecto, também ficamos com sérias dúvidas quando o próprio Ministro das Obras Públicas diz que, se não encontrar financiamento privado que permita viabilizar este investimento, vai rever o megaprojecto que ontem apresentou. E, portanto, há questões técnicas e de financiamento que devem ser clarificadas para que o povo português possa ser integralmente esclarecido relativamente a este projecto.

Applausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Sr. Deputado Pires de Lima, começo por agradecer as questões que colocou, se bem que, depois da sua intervenção, tenha ficado sem perceber se falou em nome do CDS ou

em nome do PP!...

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Se calhar, falou em nome dos dois!

O **Orador**: — Relativamente à questão das portagens na CREL, admito que elas foram introduzidas, é um facto. Contudo, a sua introdução originou uma verba de cerca de 300 milhões de euros que o Governo anterior não reinvestiu na rede viária. A verdade é que essa verba foi incluída pelo anterior governo no Orçamento do Estado para — lembro — disfarçar um défice que se manteve enquanto os senhores foram governo. Esse governo, o vosso, desapareceu, mas não podemos esquecer que VV. Ex.^{as} utilizaram as receitas resultantes de um compromisso para 30 anos — um dinheiro que não existe — com o objectivo de escamotear o défice.

Vozes do PS: — Bem lembrado!

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Mas, se não concorda com essas portagens, acabe com elas!

O **Orador**: — Por outro lado, se bem me lembro, quando se anunciou aqui a construção para 2009 do aeroporto da Ota, VV. Ex.^{as} faziam parte do governo, ou não?... O ex-ministro Paulo Portas não assumia a mais alta responsabilidade, por vezes mesmo maior do que a do então primeiro-ministro, o Dr. Durão Barroso? Não eram parte do mesmo governo? Não assumiram essas decisões?...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — A verdade é que a Ota não era uma prioridade!

O **Orador**: — O que se passa é que os senhores dão o dito por não dito com muita rapidez e, como tal, aquilo que na altura eram, para vós, certezas deixa-vos agora cheios de dúvidas. Isto sucede porque aos senhores apenas interessam nichos de mercado ou política meramente partidária e não os problemas relativos ao desenvolvimento de Portugal.

No que respeita às SCUT, os senhores sabem, até porque já o disse nesta Assembleia, que elas não representam uma despesa mas, sim, um investimento. O que representa uma despesa são os cerca de 400 ou 500 milhões de euros que o Estado teve de pagar por causa da política partidária e por causa do Presidente da Câmara Municipal de Estarreja, do PSD, que fez com que estivessem paradas obras e com que o consórcio bancário que as financiava tivesse deixado de o fazer.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Não respondeu a qualquer pergunta!

O **Orador**: — E quem é que pede contas ao PSD por 500 milhões de prejuízos que causou ao Estado para fazer política autárquica e partidária, auxiliando um presidente de câmara?!...

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Bem lembrado!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Isso é política paroquial!

O **Orador**: — Isto é que é um gasto e um escândalo e isto é que devia ser sublinhado!

Sr. Deputado, em matéria de TGV, gostaria de saudar a sua — a vossa — primeira grande diferença relativamente ao PSD.

Vozes do CDS-PP: — Ahhh...!

O **Orador**: — Mas acontece que VV. Ex.^{as}, nestes nove meses, ainda não conseguiram arranjar tempo para «dar à luz» o conhecimento dessa vossa enorme divergência, visto que os senhores estão de acordo com o TGV e eles estão contra. Já tinham tido tempo, no entanto, de chamar a atenção para isso.

Finalmente, quanto às prioridades das linhas, honrar o compromisso do Estado português com o Estado espanhol significa lembrar que os senhores consideraram o troço Porto/Vigo como a terceira prioridade e o troço Aveiro/Viseu/Guarda/Salamanca como a quarta prioridade. Exigia-se, portanto, quando falam nesta matéria, um pequeno esforço de memória, que não ficava nada mal ao CDS e faria muito bem ao PSD.

Applausos do PS.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Suponho que seja para defesa da honra da bancada, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Não, Sr. Presidente. É apenas para uma interpelação à Mesa, visto que a matéria não é ofensiva. Apenas não é verdadeira e é por isso que pretendo fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Todos a aguardamos, Sr. Deputado!

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria solicitar que fosse distribuída à Câmara uma intervenção do Sr. Deputado António Pires de Lima proferida no dia 7 de Julho, à qual o Sr. Deputado José Junqueiro, manifestamente, não esteve atento, assim como não esteve atento à pergunta que lhe foi hoje colocada.

De facto, o que lhe peço agora que distribua foi lido há segundos pelo Sr. Deputado António Pires de Lima, quando pediu esclarecimentos ao Sr. Deputado José Junqueiro, tendo mesmo afirmado que já em Julho tinha dito a mesma coisa, ou seja, que o meu partido é favorável à construção do TGV, muito embora discuta, porventura, o modelo por que se optou. O Sr. Deputado José Junqueiro continua, todavia, a afirmar que nunca o dissemos, o que dificulta o debate político. Quando reafirmamos o que já tínhamos dito em Julho, distribuímos um documento que o prova e, apesar disso, o Sr. Deputado continua a não querer acreditar, o problema já é dele e não do CDS.

Faremos, por outro lado, distribuir um projecto de resolução do CDS, por acaso subscrito por mim, defendendo o TGV e, inclusivamente, uma ligação deste à Galiza. À data, era primeiro-ministro o Engenheiro António Guterres, o Sr. Deputado José Junqueiro era secretário de Estado e recordo-me bem da resposta que me foi dada pelo então ministro Fernando Gomes, que, na altura, era contra este projecto. Lembro-me bem do que disse, nessa altura, esse ministro ao CDS por ter defendido não só o TGV como a ligação à Galiza.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Poderíamos hoje, em Dezembro de 2005, infelizmente, repetir a intervenção que nesta Assembleia fiz a 25 de Novembro de 1999 sobre a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio que ia então realizar-se em Seattle. Seis anos são passados sobre esse debate requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP e temos de constatar que a justeza das questões que então levantámos, as razões das críticas que então fizemos ao governo do PS e de António Guterres na abordagem da Conferência, podem hoje continuar a ser levantadas e a ser feitas. Vale a pena referir os avisos que então fizemos relativamente aos problemas do têxtil e da agricultura portuguesas. Lembro que estávamos em vésperas de início do processo de liberalização total do comércio têxtil e recordo o questionamento que então fizemos ao ministro da Economia sobre o significado e as condições da entrada da China na Organização Mundial do Comércio.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Mais uma vez, uma negociação internacional, como aquela que ontem se iniciou em Hong Kong, uma ronda do ciclo de Doha da OMC, passa completamente ao lado desta Assembleia.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — E, no entanto, é relevante e evidente a sua importância para o País e para os povos e países do planeta, em particular para os que sofrem de fome, doenças e epidemias terríveis, têm níveis de mortalidade infantil, esperança de vida e pobreza inaceitáveis e enfrentam enormes carências nos serviços de saúde e educação.

Mais uma vez, um Governo do PS, como, aliás, fizeram os governos do PSD, subtraiu a esta Assembleia e aos partidos da oposição uma informação adequada e o direito de se pronunciar sobre o conteúdo da condução governamental das negociações. Mais uma vez, um assunto com uma relevância que ninguém pode contestar é tratado pelo Governo, na União Europeia e na própria Conferência Ministerial, sem que o País conheça a sua estratégia. Conhecemos apenas, através de algumas poucas notícias de órgãos de comunicação social, as generalidades sobre a liberalização e os necessários equilíbrios proferidas pelo Ministro da Economia, que, aliás, nada disse, apesar de questionado sobre o assunto nesta Assembleia durante o debate do Orçamento do Estado. Juntam-se a estas generalidades algumas palavras ontem proferidas pelo Ministro da Agricultura.

Não conhece esta Assembleia nem o País a composição da delegação do Estado português, não sabemos que organizações sociais de trabalhadores, agricultores, empresários, quadros técnicos e homens da cultura ouviu o Governo na preparação do trabalho dessa delegação. Não sabemos o que o Governo pensa relativamente aos principais *dossiers* em debate em Hong Kong.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É segredo de Estado!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quais foram, então, as orientações para as negociações da Organização Mundial do Comércio defendidas por Portugal nos diversos órgãos da União Europeia? Foram as mesmas que levaram os Deputados do PS no Parlamento Europeu a aliar-se com os Deputados do PSD e do CDS-PP (e os respectivos grupos parlamentares, o PE, PSE, PPE, UEN e ALDE) numa resolução comum. Resolução que reafirma a liberalização do comércio mundial, ou seja, a abertura dos mercados à completa concorrência entre países com enormes disparidades nos níveis de desenvolvimento económico, para alegria e lucro dos grandes grupos económico-financeiros. Uma resolução que insiste na mistificação de que é pela liberalização do comércio, no quadro da ofensiva de globalização capitalista neoliberal, que será assegurado o desenvolvimento, quando, pelo contrário, se têm acentuado a pobreza e as desigualdades a nível mundial, tendência que piorará, a continuarem as actuais políticas, como alertou recentemente o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

A liberalização, por seu turno, significa o ataque a conquistas dos trabalhadores e à soberania dos povos, a apropriação por parte das grandes multinacionais dos recursos naturais e da biodiversidade, a destruição ambiental, o aumento do desemprego, a ruína de milhões de pequenos agricultores e o colocar em causa a soberania e a segurança alimentares.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, no actual quadro das negociações de Hong Kong, o PCP considera que Portugal e a União Europeia deveriam defender uma real política de desenvolvimento e de relações comerciais coerentes com esse objectivo e atender às preocupações da maioria dos cidadãos europeus em matéria de desemprego, como as deslocalizações, a redução de direitos sociais e outros. Na nossa opinião, Portugal e a União deviam ainda pugnar por que os direitos à soberania e segurança alimentares fossem reconhecidos como prioridades absolutas para todos os países, opor-se à insistência na liberalização dos serviços a nível mundial e considerar que os serviços públicos devem, no mínimo, ser excluídos de quaisquer acordos comerciais, excluindo explicitamente, em todo o caso, desses acordos a saúde, a educação, a cultura (incluindo o sector audiovisual) e o ambiente (incluindo a gestão da água).

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Deviam a União e Portugal, no quadro destas negociações, propor que a reforma dos acordos sobre a propriedade intelectual permita e facilite o acesso dos países menos desenvolvidos aos medicamentos para a luta contra as epidemias, tais como VIH, tuberculose, malária e outros, apoiar a proposta dos países em desenvolvimento de proibir a possibilidade de patentear a vida e proteger a biodiversidade e defender amplamente a prática do princípio da precaução, particularmente no que se refere à propagação de organismos geneticamente modificados.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PCP continua a defender e a reclamar um acordo geral e global do comércio internacional, dando um conteúdo, objectivos e funcionamentos novos a uma Organização Mundial do Comércio reformada e integrada nas estruturas da ONU. Um acordo precedido por um largo debate, permitindo a real intervenção dos povos e países e das organizações sociais. Um acordo que assegure a democraticidade e a transparência das negociações e funcionamento das instituições da Organização Mundial do Comércio. Um acordo que tenha por objectivo a construção de uma nova ordem internacional justa, equilibrada e democrática, assente na cooperação entre povos e países soberanos e iguais em direitos, orientada pelos valores da paz, da democracia, do progresso social e da amizade entre os povos, recusando a globalização comandada pelo capital transnacional e ofensiva dos direitos dos povos e dos equilíbrios ambientais.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

Eram 16 horas e 5 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, ao abrigo do n.º 2 do artigo 77.º do Regimento da Assembleia da República, vamos proceder ao debate de interesse relevante sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009.

Não havendo intervenção do Deputado relator da Comissão de Orçamento e Finanças, a intervenção inicial será feita pelo Governo, a que se seguirão vários pedidos de esclarecimentos.

Vamos aguardar, então, um momento, pela chegada dos membros do Governo.

Pausa.

Para a apresentação do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2005-2009, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças** (Teixeira dos Santos): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Vamos analisar nesta Câmara a revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento, que será apresentado aos nossos parceiros da União Europeia, e que considero como mais um sinal claro do empenho do Governo no cumprimento do seu dever de dar um contributo à recuperação da actividade económica em Portugal, através da promoção de um quadro macroeconómico de estabilidade e rigor financeiro.

Tenho reiterado, desde que iniciei estas funções, que uma consolidação orçamental credível e sustentável, assente na efectiva redução da despesa pública e em reformas estruturais, é uma condição necessária, embora não a única, para que a economia portuguesa retome a rota do desenvolvimento sustentado.

Sendo certo que o documento que agora apresento se insere no âmbito das nossas obrigações enquanto Estado-membro da União Europeia, o claro reforço, de forma séria e firme, do objectivo estratégico de consolidação orçamental é, acima de tudo, uma condição fundamental para que Portugal possa regressar ao desenvolvimento económico e social da sua economia, possibilitando, assim, maior competitividade do País, a criação de mais emprego e a superação das dificuldades vividas pelos portugueses.

Aplausos do PS.

Foi já este o pressuposto do Programa de Estabilidade e Crescimento apresentado em Junho de 2005 aos nossos parceiros comunitários e que deles recebeu um forte apoio.

Portugal está confrontado com uma situação económica que exige um conjunto de reformas profundas, de modo a criar um ambiente macroeconómico assente em fundamentos mais robustos e a contribuir para estimular os agentes económicos e os cidadãos em geral a participarem neste esforço que, como tenho repetidas vezes afirmado, tem de ser de todos. Sem isso poderá ficar comprometido o desenvolvimento económico e social do País, provavelmente por mais de uma geração.

É também, aliás, neste sentido que a presente revisão do PEC caminha, com o reforço da redução dos consumos intermédios ao longo da Legislatura em 10%, que, apesar de estar já prevista no PEC de Junho, não estava reflectida nas medidas de poupança apresentadas e com a revisão favorável da poupança a realizar com a Reestruturação da Administração Pública, Recursos Humanos e Serviços Públicos, que terá um impacto positivo de 100 milhões de euros em cada ano do período considerado neste programa de Estabilidade e Crescimento.

A actualização deste Programa é, pois, tal como o Orçamento do Estado para 2006, recentemente aprovado nesta Assembleia, um documento em que se espelha a estratégia de crescimento económico preconizada por este Governo, a par de outros documentos como o Plano Tecnológico e o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) que, no âmbito da União Europeia, visa aplicar a Estratégia de Lisboa.

É por isso que a consolidação orçamental é uma preocupação central dos objectivos imediatos da política deste Governo, particularmente no próximo ano, em que, pela primeira vez em vários anos, se coloca o acento tónico das prioridades no lado da efectiva redução da despesa. Não ignoramos que é o nível da despesa que determina o nível da fiscalidade. Recordo, mais uma vez, este princípio base: se quisermos avançar para algum aligeiramento dos impostos, teremos de reduzir, de forma duradoura, o peso da despesa pública na economia.

E, neste âmbito, recordo que o Orçamento do Estado para 2006 prevê uma descida do peso da despesa no PIB em 0,5 pontos percentuais. O Estado central dá um bom exemplo ao reduzir a sua despesa corrente primária, após a transferência para a segurança social, em 360 milhões de euros, em termos nominais. Também o PEC, agora revisto, prevê que o peso da despesa no PIB baixe em 0,9 pontos percentuais, em 2007, desça mais um ponto percentual, em 2008, e que se reduza ainda em 1,2 pontos percentuais em 2009.

Segundo o Programa, e em resultado das medidas já adoptadas e a adoptar, o saldo orçamental das administrações públicas melhorará, em 2009, em mais de 7,4 milhões de euros.

Apesar da difícil situação económica conjuntural que vivemos e de as perspectivas imediatas serem de uma recuperação muito ténue, reassumimos, de forma clara, o compromisso de diminuir o défice orçamental abaixo dos 3%, até 2008, através do cumprimento, já este ano, do objectivo de diminui-lo para 6% do Produto Interno Bruto (Base 2000) e da redução em 1,4 pontos percentuais, em 2006, em 0,9 pontos percentuais, em 2007, e em 1,1 pontos percentuais em 2008. Este é um processo que exige sacrifícios por parte de todos e um esforço empenhado que terá de ser feito não apenas pelo Estado mas também pelas empresas e pelos cidadãos em geral.

Foi por isso que, durante o ano de 2005, já se iniciou grande parte das medidas que compõem o processo de consolidação. O aumento da idade de reforma dos funcionários públicos, de 60 para 65 anos, a eliminação de regimes especiais de aposentação e reforma e de protecção social, a suspensão de mecanismos de progressão automática nas carreiras da função pública e o lançamento do Programa de Reorga-

nização da Administração Central do Estado, actualmente em fase de programação e a implementar no segundo semestre de 2006, são apenas algumas destas medidas estruturais que me permito relembrar a VV. Ex.^{as} e que constituem uma base fulcral da estratégia que nos propomos prosseguir.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A consolidação terá, como já disse, de ser estrutural, isto é, sem recurso a medidas extraordinárias e de carácter transitório, sem recurso a truques contabilísticos, tal como aconteceu no passado.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Isto apenas serviria para adiar e comprometer o desenvolvimento sustentado da economia portuguesa.

Reafirmamos, por isso, o compromisso assumido perante os nossos parceiros e perante os agentes económicos, consubstanciado nas recomendações, no âmbito do procedimento de défice excessivo, do Conselho Europeu de Setembro.

Também por isso queremos prosseguir este objectivo para além de 2009, de modo a reduzir, a um ritmo não inferior a 0,5 pontos percentuais por ano, o défice estrutural, até atingir um saldo não inferior a 0,5 pontos percentuais do PIB, nível que, face às necessidades de crescimento económico de Portugal e às restrições decorrentes da dinâmica da dívida pública, será o objectivo a médio prazo que o Governo assume no âmbito deste Programa.

É certo que este esforço inicial é despoletado pelo reforço da receita fiscal. Mas mesmo aqui, e de modo a facilitar o cumprimento das obrigações dos cidadãos, avançámos com importantes medidas de simplificação que reduzem os constrangimentos burocráticos.

Porém, a efectiva prossecução da consolidação orçamental assenta, como referi, numa redução da despesa corrente primária e do peso do Estado na economia, como fica demonstrado pelo esforço adicional que se está a fazer ao nível da despesa corrente, embora sem comprometer de forma exagerada o investimento público, tal como comprovado pela reafirmação do Governo em avançar com importantes projectos estruturantes.

Neste esforço da redução da despesa pública, permito-me ainda destacar que o documento que actualiza o Programa de Estabilidade e Crescimento inclui, pela primeira vez, uma análise da sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas, assente nos métodos recomendados pelo Conselho Europeu.

Uma análise que revela problemas de sustentabilidade que, em Portugal, enfrentam as políticas públicas de segurança social e o apoio aos idosos em cuidados de saúde, tal como acontece na maioria dos nossos parceiros europeus.

Reafirmamos que o Governo está a equacionar um conjunto de medidas que irão permitir fazer face a este problema e que serão anunciadas ao longo de 2006.

Só um País que ponha termo à paralisia e à falta de confiança que têm marcado os últimos anos, e em que o bem-estar seja uma realidade para todos, será um País ganhador. É este Portugal que o Governo pretende que seja realidade e é por isso que reitera o seu firme empenho na criação de condições que não apenas superem os actuais constrangimentos e promovam a inovação, o desenvolvimento tecnológico, a sociedade de informação e a qualificação dos portugueses como também facilitem às empresas um ambiente que lhes permita cumprir o seu papel indispensável no relançamento da economia, identificando oportunidades, correndo riscos, investindo e criando emprego.

É este Portugal, que saiba que este século XXI só pode ser conquistado com um ajustamento orçamental credível, com recursos humanos mais qualificados, com uma aposta clara na ciência, no desenvolvimento tecnológico e na inovação, que todos nós almejamos. Os cidadãos portugueses merecem este esforço e esta política, e podem contar com o Governo para que juntos atinjamos este objectivo.

Aplausos do PS.

Neste momento, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Guilherme Silva.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, em primeiro lugar, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Frasquilho.

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, se na versão do Programa de Estabilidade e Crescimento aqui apresentado em Junho, ainda o Sr. Ministro não desempenhava as funções que agora desempenha, o PSD já tinha manifestado a sua discordância e preocupação quanto ao rumo que estava a ser seguido, agora só podemos manifestar uma preocupação ainda maior. É que, de facto, os dados que o INE entretanto disponibilizou sobre a evolução da economia portuguesa, nomeadamente no terceiro trimestre do ano, vieram dar razão às nossas fundadas preocupações.

A economia decresceu 0,9% face ao trimestre anterior e, em termos homólogos, cresceu apenas 0,2%. Isto significa que o cenário macroeconómico apresentado no Orçamento do Estado para 2006 e o que agora é reiterado nesta actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento estão absolutamente desacreditados.

O crescimento de 0,5% este ano nem por milagre será atingido e o cenário macroeconómico que neste PEC já é revisto em baixa, mesmo este dificilmente será atingido, exceptuando, claro, os 3% de crescimento em 2009, que milagrosamente se mantêm para que a promessa feita pelo Sr. Primeiro-Ministro na campanha eleitoral possa continuar a fazer fé.

O problema é que todas as pessoas percebem destas coisas porque isto tem um impacto claro na vida das pessoas, nomeadamente ao nível do emprego e do desemprego.

Como o Sr. Ministro também sabe, a taxa de desemprego já está hoje em dia nos 7,7% e o número de desempregados registados nos centros de emprego ascende a mais de 480 000.

Ora, Sr. Ministro, como sabe, e é geralmente aceite, só se a economia portuguesa crescer mais do que 2%, que é o seu produto potencial, é que pode gerar novos empregos ou reduzir o desemprego, e só se prevê que isto aconteça em 2008. Portanto, como é que, em 2006 e 2007, o PEC prevê que o desemprego não aumente acima dos actuais 7,7%?

Sr. Ministro, fazendo contas muito simples, o desemprego, infelizmente para todos nós, vai subir até bem acima de 8%, em 2006, 2007, 2008, se não mesmo em 2009. Porquê? Porque os senhores persistiram numa política errada de aumento de impostos que está a definhar e a afundar a economia, que dificulta a actividade das empresas e das famílias e que gera obviamente mais desemprego. E mais: o número de desempregados registados nos centros de emprego poderá ultrapassar bem mais os 500 000 já no próximo ano.

Estas são notícias muito más para a economia portuguesa, para as nossas famílias, para as nossas empresas e o Governo não transmite esta informação neste Programa de Estabilidade e Crescimento, ou seja, não conta a verdade à nossa população.

Portanto, é um cenário e é um Programa que não nos parecem credíveis e, pior, é ainda menos credível do que o anterior, porquanto a consolidação orçamental que nos é apresentada assenta em todos os anos, até 2009, numa estratégia de ganhos orçamentais muito maiores do lado da receita do que do da despesa.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Ou seja, as palavras do Sr. Primeiro-Ministro — e com as quais concordamos —, no sentido da consolidação do lado da despesa, não se reflectem na realidade dos números.

Sr. Ministro, mesmo no último ano, em 2009, 58% dos ganhos orçamentais vêm do lado da receita e só 42% é que vêm do lado da despesa. Isto não é consolidação orçamental pelo lado da despesa. Este não é o caminho certo, e quem vai pagar, infelizmente, é o País e a nossa população.

Gostaria que o Sr. Ministro comentasse este cenário, que é verídico, e não o cenário que o Programa de Estabilidade e Crescimento apresenta.

Applausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Candal.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, estas intervenções do PSD começam a ser recorrentes: são contra os investimentos estratégicos que o Governo já decidiu que serão feitos, quando no passado e enquanto governo eram favoráveis.

Os senhores criticam o processo de consolidação orçamental. No passado procuraram executar processo idêntico, não tão ambicioso, não com tantas preocupações de carácter social e de suporte do tecido social português, mas nem assim conseguiram.

Sobre a discussão que tiveram em altura própria em Conselho de Ministros quanto a assumir ou não a verdade do défice nas contas públicas portuguesas decidiram, então, não assumir a verdade. A realidade, hoje, é outra: a verdade está assumida, os problemas estão presentes, e fica aqui também demonstrado que o PSD não conhece aquele que é tido como ditado chinês que refere que «se você se encontra num buraco o mínimo que pode fazer é parar de cavar».

Risos de alguns Deputados do PS.

Portanto, é fundamental que o País pare de agravar o seu défice nas contas públicas com medidas estruturantes para sairmos do «buraco», mas também com medidas de curto prazo.

Assim, Sr. Ministro, aproveito para solicitar alguns esclarecimentos porque se grande parte das medidas já foi lançada e dará frutos a curto, médio, mas principalmente a longo prazos, também de algumas já hoje se pode fazer um balanço inicial.

Para além das questões estruturais, houve também necessidade de tomar medidas com efeitos a curto prazo e isso foi assumido pelo Governo. Foi-o nomeadamente em sede parlamentar, na Comissão de Orçamento e Finanças, tendo sido analisada pelo Governador do Banco do Portugal, aquando do seu relatório e da identificação de alguns problemas, a necessidade de tomar medidas de curto prazo que dessem um sinal imediato, em termos internos e externos, sem prejuízo das medidas estruturais. Do leque de medidas possíveis para cumprir estes requisitos foi então assumido pelo Dr. Vítor Constâncio que o aumento do IVA seria a aquela que, apesar de tudo, teria os menores efeitos recessivos. Mas nunca foi escarnoteado o potencial efeito recessivo do aumento do IVA!

Assim sendo, Sr. Ministro, pergunto-lhe, desde já, porque o IVA já aumentou no presente ano de 2005, se nos pode fazer um balanço sobre o grau e a profundidade desse mesmo efeito, contrabalançado, necessariamente, com aquela que é a preocupação central deste Governo — esta também uma das razões do aumento do IVA —, que é a sustentabilidade dos regimes de protecção social. E aqui lembro, uma vez mais, que este aumento da taxa do IVA teve também como objectivo adjudicar 1% à segurança social e 1% à Caixa Geral de Aposentações.

Portanto, Sr. Ministro, com este combate pela sustentabilidade dos regimes de protecção social, mas também pela escolha deste instrumento de efeito de curto prazo, pergunto se já hoje nos pode dar uma ideia da avaliação que faz sobre os efeitos que ele tem tido na economia portuguesa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, o Governo acaba de rectificar e corrigir as previsões que tinha feito há seis meses: prevê em baixa o crescimento, confirma uma queda brutal no investimento público e privado e baixa as expectativas quanto ao crescimento das exportações.

No seu Programa de Estabilidade e Crescimento que hoje apresenta, o Governo muda tudo, corrige tudo e rectifica tudo. Até reconhece que o desemprego vai continuar a disparar, embora, na minha opinião, reconheça por baixo, porque o desemprego, de facto, vai aumentar muito mais do que as suas previsões. Muda tudo, excepto uma coisa: a sua obsessão pelo défice. O défice — assegura o Governo, jura o Governo — vai manter-se inalterado. Tudo muda, tudo baixa ou piora, mas o défice não. A obsessão pelo défice é a imagem de marca deste Governo, Sr. Ministro.

E como é que o Governo consegue esta habilidade de mudar tudo, mantendo o défice? Diz-se que vai aumentar as receitas fiscais e para a segurança social. Como? Com cortes para os benefícios fiscais? Com novos financiamentos para a segurança social? Nada disso. Apenas com maior eficiência e combate à evasão fiscal.

Isto é: depois de no Orçamento do Estado, aprovado há sete dias, ter rejeitado sistematicamente propostas da oposição, e até propostas de um Deputado da bancada que apoia o Governo, para aumentar, de facto, o combate à evasão fiscal, para liquidar o sigilo bancário, o Governo vem agora tentar convencer-nos de que é através da maior eficiência que vai conseguir isso. Ninguém acredita nisso e penso até que nem o próprio Governo acredita. E por não acreditar é que lança mão do expediente mais fácil, que são novos cortes nas despesas sociais.

Foi, aliás, o Sr. Ministro que disse isso na apresentação pública e, agora, voltou a dizê-lo novamente na sua intervenção. Só não disse quais eram exactamente as novas medidas que estava a pensar implementar, quais os novos cortes que estava a pensar fazer.

O Sr. Ministro anuncia novos cortes, diz que está a equacionar esses cortes e diz ainda que não estão reunidas as condições para efectuar esses cortes. Ó Sr. Ministro, assim não vale! Assim não vale! Nós temos de saber! O País tem de saber! Não pode haver secretismos! Por isso, pergunto-lhe quais são essas medidas e que condições é que têm de ser reunidas para as implementar.

Eu ajudo-o, Sr. Ministro: garante-nos que, durante a Legislatura, a idade da reforma não vai passar para 66, para 67, para 68, para 69 ou para 70 anos? Garante-nos que, durante a Legislatura, não vai haver novas alterações do cálculo da reforma? Garante-nos que, durante a Legislatura, não vai haver alterações no cálculo e no tempo das prestações do Fundo de Desemprego? Era importante que o Sr. Ministro esclarecesse isto, porque o País tem direito a perceber e a saber exactamente de que medidas é que o senhor fala e quais são as condições que exige para as implementar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, já nos tínhamos

apercebido, no debate do Orçamento do Estado para 2006, da degradação dos principais indicadores de uma economia que vai «estando no vermelho», mas o cenário ainda é mais negativo nesta revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento. Ora, isto conduz-nos a uma das conclusões deste Programa que é a de que, em 2008, eventualmente, se reverterá a tendência de crescimento do desemprego.

E eu pergunto aquilo que o cidadão comum pergunta: dada a provisoriação de todas as estimativas que este Governo tem feito em relação aos cenários macroeconómicos e sobre a debilidade das retomas, tantas vezes esperadas, do crescimento, qual é o grau de fiabilidade, de crédito, que tem o Governo para dizer que, em 2008, haverá uma reversão desta tendência? Neste momento creio que o Governo não pode assegurar isso e muito menos abordar a resposta política ao cidadão comum da promessa eleitoral não da criação em bruto de 150 000 novos postos de trabalho mas da diminuição objectiva de 150 000 pessoas no desemprego por alturas do final do seu mandato. É esta a explicação política que se quer e não uma mera soma de agregados económicos, cuja fiabilidade é neste momento — permita-me que lhe diga — extremamente reduzida.

Porquê em 2008 e como é que se consuma esse milagre aqui anunciado? A nosso ver, e à falta de indicadores objectivos desse crescimento económico no País, não nos parece que, em 2008, haja quaisquer prenúncios de que se possa reverter a tendência de crescimento do desemprego.

Mas o que é objectivo nesta revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento apresentado agora a Bruxelas é o Governo assumir para o final da Legislatura — e o Sr. Ministro anunciou-o agora mesmo como uma das medidas a apresentar ao longo de 2006 — a redução do custo relativo das pensões.

Sr. Ministro, este é um País que tem pensões de reforma miseráveis. Estamos muito longe dos patamares do Estado-providência de outros países europeus... E o que é que nos diz este relatório? Diz-nos que há uma dinâmica populacional desfavorável e que é preciso contrariá-la. E, para isso, só vê a redução das prestações do Estado social, não vê outra forma de contrariar essa tendência populacional desfavorável.

Não há outros modos de funcionamento? Ou será que é tabu que isso está, única e umbilicalmente, ligado à chamada competitividade das empresas e ao custo indirecto de trabalho, e, portanto, é sacrossanto, não se pode mexer?... Não se pode encontrar outro modo de financiamento da segurança social a não ser pôr a segurança social a «dieta» e transformar as pensões que hoje têm patamares muito baixos em pensões de emagrecimento total? É um Estado social «anorético» aquilo que este Programa nos diz que querem apresentar a Bruxelas. E deixa-nos aqui essa ameaça de medidas a apresentar ao longo de 2006.

Sr. Ministro de Estado e das Finanças, quais são as medidas? O que é que tem a dizer ao cidadão comum? Será a marca de um Governo socialista reduzir as pensões aos idosos em Portugal?! Não estamos numa conferência de técnicos ou numa qualquer assembleia de accionistas, estamos num Parlamento político, com um Governo que responde política e ideologicamente!! Diga-nos, Sr. Ministro, é a marca de um Governo socialista reduzir as pensões, já de si tão miseráveis, em Portugal?! Esta é quase a única garantia que temos no Programa que vai ser apresentado em Bruxelas!

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Com isto termino, Sr. Presidente.

O Sr. Ministro de Estado e das Finanças disse-nos aqui, no debate do Orçamento do Estado para 2006, que «brevemente» o Conselho de Ministros aprovaria um programa de privatizações. Ora, esse «brevemente» escoou-se até ao momento. Percebemos que a política de privatizações vai dominando a actividade governamental, continua no segredo dos deuses ou, enfim, nas inconfidências daquilo que é a literatura económica, mas percebe-se que também tem o seu lugar instrumental nesta actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento e, no entanto, continuamos sem saber as opções, as orientações...

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O **Orador**: — ... e os critérios do Governo sobre privatizações.

Sr. Ministro de Estado e das Finanças, vai sendo mais do que tempo de o País saber a política do Governo sobre privatizações.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o S. Deputado António Pires de Lima.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, não podemos estar de acordo com um Programa de Estabilidade e Crescimento que assenta a sua estabilidade, em termos de consolidação orçamental, basicamente num crescimento das receitas ao longo dos cinco anos. Não há um único ano em todo este processo em que o esforço não seja feito sobretudo à custa do aumento das receitas. E, nesta matéria, o ano de 2009 é o menos mau dos anos, porque o esforço é distribuído de forma equitativa entre aumento de receita e controlo da despesa.

Mas, acima de tudo, não podemos estar de acordo com um Programa de Estabilidade e Crescimento — e, mais uma vez, o Ministro da Economia e da Inovação não se deu ao trabalho de estar aqui presente...! — que, relativamente ao crescimento, nada diz.

Repare nas projecções de crescimento que temos para a economia portuguesa desde que VV. Ex.^{as} são Governo: no ano passado — pode dizer-se muito mal do governo do PSD/CDS-PP — ,...

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Pode, pode!

O **Orador**: — ... a economia cresceu 1,2%; este ano arrancámos com uma projecção inicial de crescimento de 1,5%; em Março, revimos em baixa para 1,1%; em Junho, revimos para 0,8%; em Setembro, revimos para 0,5%; e, com os dados que são conhecidos do último trimestre, para atingirmos esta meta de 0,5% de crescimento, que é um crescimento absolutamente pírrico, vamos precisar de crescer no último trimestre mais de 1%, o que é matéria altamente improvável.

Portanto, VV. Ex.^{as} secaram a economia, puseram a economia no «congelador», não só no ano de 2005 mas em todo este período que vai de 2006 a 2009, em que o crescimento da economia vai sendo revisto em baixa sistematicamente e só entramos em processo de convergência com a União Europeia lá para o ano de 2009, se tudo correr como é apontado neste Programa.

A causa mais negativa deste Programa de Estabilidade e Crescimento é que o desemprego vai aumentando todos os anos. VV. Ex.^{as} ganharam as eleições fazendo uma promessa de reduzir drasticamente o desemprego e de criar, de forma miraculosa, 150 000 novos empregos. E aquilo que vemos é que: em 2005, a taxa de desemprego vai atingir o nível recorde no final do ano de 7,7%; em 2006 e em 2007, a taxa de crescimento vai subir, seguramente, acima dos 8%; e no último ano, em 2009, VV. Ex.^{as} já prevêem uma taxa de crescimento superior a 7%, que é superior àquela que herdaram do Governo do PSD/CDS-PP.

Isto é: não só a economia não cresce como VV. Ex.^{as} vão terminar a vossa Legislatura, se conseguirem acabar, com uma taxa de desemprego superior àquela que receberam dos governos do PSD/CDS-PP. Estes são os factos! Bem pode a bancada do Partido Socialista cantar hossanas permanentes ao Governo que tem de apoiar, mas estes são os factos: a economia não cresce e o desemprego vai crescendo todos os anos.

Há, no entanto, alguns aspectos positivos neste Programa de Estabilidade e Crescimento. Apesar de não estarmos de acordo com a sua matriz essencial, saudamos a preocupação com a sustentabilidade da segurança social, o combate que é feito, na continuidade da linha que já tinha sido definida pelos nossos governos, à evasão e à fuga fiscais, a reestruturação que se propõe da Administração Pública e de uma gestão mais eficiente dos recursos humanos e o controlo anunciado — logo veremos o que é que vem aí... — das finanças regionais e locais. São medidas importantes com as quais o CDS-PP está solidário, e são importantes até para que se possa cumprir a meta do défice de 3%.

Há uma matéria, no entanto, que gostaria de ver esclarecida directamente pelo Sr. Ministro de Estado e das Finanças, que tem, em alguns casos, manifestado uma posição mais sensata do ponto de vista público, que tem a ver com o tema das SCUT.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Vou já terminar, Sr. Presidente, se me permite.

Da leitura deste Programa não fica claro o que é que o Governo assume em termos de manutenção de SCUT durante estes quatro anos e nós gostaríamos que esta matéria fosse esclarecida, porque, se relativamente às SCUT do interior — Castelo Branco e Beiras — o CDS-PP entende que é compreensível a sua manutenção durante toda a Legislatura, temos as maiores dúvidas, dadas as dificuldades financeiras, que seja razoável sustentar a gratuitidade da Via do Infante e das auto-estradas do litoral durante este período. Gostaríamos de ser esclarecidos em relação a esta matéria pelo Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

Applausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado pelas questões colocadas.

Gostaria de responder ao conjunto de questões que foram suscitadas em torno do cenário macroeconómico, começando por dizer que não partilho da satisfação das bancadas que apontam para o mau desempenho da nossa economia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Notei alguma satisfação em poderem confrontar o Governo com uma realidade que, de

facto, não é nada satisfatória, que é a de um fraco crescimento da nossa economia.

Creio que procuram tirar partido político de dificuldades que a economia tem vindo a passar e também de dificuldades que têm vindo a ocorrer num contexto internacional, onde houve várias revisões, em baixa, do crescimento económico, em particular do crescimento europeu, que em muito condicionam o desempenho da economia portuguesa.

Gostaria de referir que herdámos uma situação orçamental deplorável,...

Protestos do PSD.

... com um défice de 6,8%, em que, com o Orçamento aprovado para 2005 pelo governo anterior, muito se escondeu aos portugueses a realidade das finanças públicas.

A Sr.^a **Manuela Melo** (PS): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Com certeza que se, com o crescimento do ano passado de 1,2%, havia, no início deste ano, uma previsão de 1,5%, essa previsão tão optimista de crescimento de 1,5%, antes de este Governo ter tomado posse, tinha muito a ver com falta de informação, com informação enganosa, com aquilo que foi escondido aos portugueses, que permitia, obviamente, na altura, ter uma previsão tão optimista de crescimento.

Risos do Deputado do PCP Honório Novo.

Até nisso fomos enganados...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Por quem? Pelo Vítor Constâncio?...

O **Orador**: — ... pelo governo anterior e as sucessivas revisões em baixa mais não foram do que constatar a triste realidade da economia portuguesa e as tristes consequências sobre a economia portuguesa das más políticas adoptadas pelo governo anterior e da péssima situação financeira em que deixou o País.

Portanto, parece que se esqueceram muito rapidamente da situação em que deixaram o País e querem agora assacar a este Governo, de uma forma fácil, as responsabilidades pelas dificuldades económicas que o País está a viver e pelo próprio agravamento do desemprego!

Risos do Deputado do PCP Bernardino Soares.

Ouvi aqui comentários de economistas que, sinceramente, não me parecem economistas, porque, se o fossem verdadeiramente, deviam saber que o desemprego reage sempre com atraso à situação económica. E se o desemprego está a agravar-se neste momento é porque a economia portuguesa cresceu, em média, só 0,5 pontos percentuais nos cinco anos anteriores, designadamente nos anos em que vocês foram governo.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Por isso mesmo, temos, neste momento, uma má dinâmica do emprego e o desemprego está a agravar-se por causa da situação económica que vocês geraram na nossa economia.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — O seu a seu dono!

O **Orador**: — Fico também espantado com o facto de não saberem ler os números.

Vozes do PSD: — Ah!

O **Orador**: — Mais: vejo que ilustres economistas da bancada do PSD sofrem daquilo a que chamamos «ilusão monetária», pura e simples. Constatando que a receita, em 2006, vai somente aumentar de 42,3% do PIB para 42,4%, portanto, uma décima de ponto percentual, e a despesa vai descer 3 pontos percentuais, como é possível vir aqui dizer que a consolidação orçamental continua a assentar na receita?

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — É só somar os números!

O **Orador**: — Francamente, é não saber ler os números! Ou, mais, é não querer saber ler os números!

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — É verdade!

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Veja os mapas e os quadros!

O **Orador**: — É evidente — e os Srs. Deputados sabem-no muito bem — que o nível de receita depende da evolução do Produto, e a economia vai crescer em termos nominais até 2009. Se a base de tributação dos vários impostos vai aumentar devido ao crescimento nominal da economia, não é de espantar que a receita também aumente.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Veja a página 30!

O **Orador**: — Aí está a vossa ilusão monetária de não querer perceber o que está a passar-se em termos de consolidação orçamental.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Não, não!

O **Orador**: — Relativamente às políticas sociais e às prestações sociais, gostaria de esclarecer que é uma preocupação central da consolidação orçamental garantir condições de sustentabilidade das finanças públicas.

Sr. Deputado Honório Novo, pode acusar-me de eu ter «obsessão pelo défice», mas espero que não me acuse de ser o «coveiro» do sistema de segurança social.

Applausos do PS.

Isto porque, tendo em conta as políticas que V. Ex.^a preconiza para a segurança social, de facilitismo, em grande medida —...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não sabe do que está a falar. É melhor informar-se!

O **Orador**: — ... mas, devo dizer, não está sozinho,...

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Sr. Ministro, faça favor de terminar.

O **Orador**: — ... os outros partidos que estão junto da sua bancada também têm a mesma concepção de uma segurança social onde, creio, o rigor está ausente —...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Está a falar do PS, não é verdade?!

O **Orador**: — ... mas convosco a gerir o Orçamento, convosco a gerir a segurança social, poderei dizer que, dentro de 10 a 15 anos, a segurança social estaria falida,...

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — O Sr. Ministro é um optimista!...

O **Orador**: — ... estaríamos numa situação de bancarrota.

Protestos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Sr. Ministro, faça favor de terminar.

O **Orador**: — Termine, Sr. Presidente, dizendo que as medidas que estão a ser tomadas...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Mas quais são elas?!

O **Orador**: — ... visam tão-somente evitar a bancarrota do sistema de segurança social e garantir aos portugueses que, quando se reformarem, vão ter uma pensão e vai ser aquela a que têm direito.

Applausos do PS.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — E a resposta à nossa pergunta sobre as SCUT?!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E quanto à idade da reforma?!

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, gostaria de começar por referir que são preocupantes os últimos números do INE em relação à desaceleração do crescimento económico, que podem, inclusivamente, pôr em causa algumas das previsões que estamos hoje a discutir e que constam deste Programa de Estabilidade e Crescimento.

Gostava também de deixar bem claro que, na perspectiva de Os Verdes, este Programa de Estabilidade e Crescimento continua claramente a servir Bruxelas e não a servir Portugal e a generalidade dos portugueses. Bruxelas, onde há pessoas e território, só vê números, e o Governo serve muito bem esses interesses com essa — e perdoem-me a repetição — obsessão pelo défice, porque essa é a primeira preocupação da intervenção deste Governo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Primeira e única!

O **Orador**: — Relativamente à revisão que nos é apresentada do Programa de Estabilidade e Crescimento, penso que ela é, em si, o reconhecimento de medidas erradas que este Governo tomou e que insiste em continuar, e o pior cenário que nos é transmitido neste documento relativamente a crescimento, a exportações, etc., dá bem conta disso.

Uma dessas medidas perigosas, e, na altura, diferentes vozes se levantaram contra as mesmas — aliás, o Governo, na campanha eleitoral, tinha referido que não o iria fazer, mas acabou por fazê-lo — tem justamente a ver com o aumento do IVA. Para além da injustiça que acrescenta ao injusto sistema fiscal que temos (porque o IVA é, na verdade, um imposto cego que vai prejudicar fundamentalmente aqueles que menos poder de compra têm para aquisição dos seus bens), era uma medida que vinha claramente retrair o consumo privado e, nesse sentido, afastar a generalidade dos portugueses da dinamização da nossa economia. E isso já está à vista, hoje. Aliás, essa era a leitura que o Partido Socialista fazia quando estava na oposição. Quando chegou ao Governo, deu uma «cambalhota» e inverteu completamente a sua lógica relativamente a esta matéria.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Não, não!

A **Oradora**: — Mas o Programa de Estabilidade e Crescimento continua a demonstrar uma falta de coragem muito grande por parte do Governo em relação a outros caminhos para a consolidação orçamental.

Em relação a um imposto sobre as grandes fortunas, ainda não se conseguiu ouvir uma justificação para o negar. Eu já coloquei esta questão ao anterior ministro das Finanças aquando da discussão do Programa de Estabilidade e Crescimento, mas não consegui obter qualquer resposta. Perante a situação difícil em que nos encontramos, não seria, então, necessário tomar medidas de outra ordem, ainda que transitórias, designadamente indo onde há dinheiro? E as grandes fortunas são, obviamente, um exemplo disso. Um imposto solidário desta natureza, na nossa perspectiva, era importante, como era importante ir aos privilégios fiscais da banca. Mas essas medidas, de coragem, o Governo não toma. As medidas são sempre as de dificultar cada vez mais a vida da generalidade dos portugueses, o caminho é sempre esse. Foi o do anterior governo e o actual segue-o.

Por outro lado, deste Programa de Estabilidade e Crescimento o que é que a generalidade dos portugueses pode esperar? Na minha intervenção final, desenvolverei um pouco mais a nossa ideia relativamente a esta matéria, mas seguramente que os portugueses podem esperar mais desemprego, o que deve preocupar sobremaneira os portugueses.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Faça favor de terminar, Sr.^a Deputada.

A **Oradora**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

O que este Programa de Estabilidade e Crescimento nos diz é que, em 2009, teremos um índice de desemprego superior ao que tínhamos em 2004. É sempre a crescer.

Sr. Ministro, é importante explicar aos portugueses como é que se enquadra esta realidade e esta previsão com os 150 000 postos de trabalho que o Governo prometeu aos portugueses.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, tínhamos a esperança de que hoje não nos trouxesse, outra vez, o discurso da «pesada herança» do governo anterior. Mas acabou por ter de falar dessa «pesada herança».

Sr. Ministro, gostaríamos que ficasse claro perante V. Ex.^a que o Grupo Parlamentar do PSD se preocu-

pa realmente com o mau desempenho da economia. Nós não fazemos oposição, como tantas vezes o Partido Socialista fez perante a anterior maioria, mas preocupa-nos mais o mau desempenho do Governo. Esse é que é o nosso problema. O problema não é o do mau desempenho da economia — esse é um problema do País com o qual nos preocupamos —, para nós, o problema principal é o das políticas erradas que as várias bancadas denunciaram perante V. Ex.^a e o Governo do Partido Socialista e que, pelos vistos, não foram tidas em atenção e vão continuar a não ser tidas em atenção, conforme se demonstra por esta alteração ao Programa de Estabilidade e Crescimento.

Sr. Ministro das Finanças, durante a discussão do Orçamento do Estado afirmou-nos, nesta Assembleia, que este Governo tinha a única solução na manga para os problemas do País. Já nessa altura o questionei sobre essa questão da «solução única». Aliás, os Deputados da oposição foram aqui chamados de ignorantes durante a discussão, na especialidade, do Orçamento.

Temos, portanto, um Ministro que tem a «solução única» para os problemas do País. O problema é que, desde essas afirmações, não estamos a ver que essa «solução única» passe por este Governo. Este Governo não nos traz a «solução única».

Em relação a este Programa de Estabilidade e Crescimento, V. Ex.^a insiste numa previsão de crescimento da economia de 0,5%. Face aos dados mais recentes, como é que V. Ex.^a pode, no cenário macroeconómico, continuar a prever que a economia, em 2005, cresça 0,5%, nomeadamente face aos dados existentes até Setembro de 2004. Haverá algum milagre? O que vai ocorrer para que isso aconteça?

Mas V. Ex.^a mantém a questão das exportações. O crescimento económico — e eu não sou economista, mas o facto de não ser economista não quer dizer... Os economistas, às vezes, têm mais dificuldade em apreciar estas questões do ponto de vista político. Não há dúvida de que V. Ex.^a continua a prever que as exportações vão crescer 5,7%, em 2006, ou seja, mantém aquilo que estava previsto no Orçamento do Estado. Todos os dados até agora existentes vêm dar razão àquilo que o PSD tem dito. Este cenário de crescimento das exportações em 5,7% é irrealista, não tem o mínimo de hipóteses de se realizar, a não ser que, na resposta ao pedido de esclarecimento que estou a fazer a V. Ex.^a, me dê algum dado, que nunca deu até agora, para esta previsão de crescimento das exportações.

Portanto, Sr. Ministro, aquilo que, para nós, é realmente preocupante é que este PEC continua a não ter em atenção que o Governo está a seguir políticas erradas. Há, ou não, já efeitos na economia e nas previsões deste Programa de Estabilidade e Crescimento da política errada de aumento generalizado de impostos e da aposta integral e exclusiva ou, sobretudo, do lado da receita?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Sr. Deputado, faça favor de terminar.

O **Orador**: — Sr. Presidente, antes de terminar, gostaria de pôr uma última questão.

O Sr. Ministro previa, no Programa de Estabilidade e Crescimento de Junho, uma receita de 900 milhões de euros de venda de património até 2009. No actual Programa de Estabilidade e Crescimento desapareceu do respectivo quadro essa previsão. O que é que aconteceu a essa previsão do anterior PEC?

Aplausos do PSD.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Esfumou-se!

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Feio.

O Sr. **Diogo Feio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, é com muito prazer que participamos nesta discussão da «época Outono-Inverno» do Programa de Estabilidade e Crescimento, assim como já o fizemos quando participámos na discussão da «época Primavera-Verão».

Devo dizer, Sr. Ministro, que, quando compararmos essas duas discussões, há um triste facto: é que se, na primeira, sentimos que a economia estava fria; na segunda, sentimos, cada vez mais, que a economia está gelada, que a economia não mexe, que a economia não desenvolve, e assim o País, evidentemente, também não cresce.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas vejo também que este é o Programa de Estabilidade e Crescimento dos programas. Isto porque temos o Plano Tecnológico, temos o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego — o PRACE...

Vozes do PS: — Não, não!

O **Orador**: — ... aliás, o PNACE —, temos o Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado — este, sim, o PRACE... É que são tantas siglas que até confundem...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — É quase impossível!

O **Orador**: — Se a economia crescesse como crescem as siglas dos programas que VV. Ex.^{as} vão apresentando,...

Risos do CDS-PP.

O Sr. **Maximiano Martins** (PS): — Olha quem fala!

O **Orador**: — ... nós estaríamos, com certeza, muito bem.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas, neste Programa que nos é apresentado, há algo que é preciso salientar. Em relação à despesa, Sr. Ministro, pode crer que, da parte da bancada do CDS, terá todo o apoio necessário para a sua redução.

Já agora, porque a nossa bancada também demonstrou há pouco, pela voz do Sr. Deputado Pires de Lima, alguma preocupação quanto às SCUT, se o Sr. Ministro nos pudesse responder a essa questão, ficaríamos agradecidos, visto que foi uma resposta que ficou por dar.

Mas, falando da receita e dos impostos, devo dizer, Sr. Ministro, que ficámos preocupados com o que nos é apresentado, porque, olhando para o quadro da página 44, verificamos que, na decomposição da receita, a carga fiscal vai subindo sempre até 2009 e que, em relação aos impostos indirectos, ela passa, em 2005, de 15,2%, em relação ao PIB, para 16,5%. Este quadro parece demonstrar que VV. Ex.^{as} vão manter o aumento provisório do IVA de 19% para 21% até 2009, isto é, esse aumento vai ficar provisoriamente durante quatro anos!

Pergunto, Sr. Ministro, se é ou não verdade que VV. Ex.^{as}, durante estes quatro anos, vão manter a taxa do IVA.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Se a resposta for positiva, devo dizer que é um acto gravíssimo, que lesa imenso a nossa economia. Se não, gostaria de saber se há estudos sobre os efeitos benéficos que esta medida poderá ter em relação às empresas e às famílias, porque nós não os vemos.

Em relação à competitividade fiscal, Sr. Ministro, este Programa não apresenta rigorosamente nada, é igual a zero!

Em relação à simplicidade, este Programa apresenta de uma forma simples um conjunto de ideias meramente gerais e não refere uma única vez a palavra «fiscalidade» para as empresas,...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... uma fiscalidade amiga das empresas. Parece que têm algum problema em relação a esta matéria. Sr. Ministro, se, no plano fiscal, tem medidas positivas para as empresas que nos possa referir, agradecia que o fizesse.

Mais: a taxa do IRC também vai manter-se? Também por aí vamos continuar a perder competitividade em relação aos restantes Estados da União Europeia? Isto é, não há preocupação com a nossa competitividade fiscal, não há preocupação com o Programa...

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Sr. Deputado, faça favor de terminar.

O **Orador**: — Terminarei, Sr. Presidente. Como deve compreender, é difícil gerir tanta razão com tão pouco tempo; de qualquer maneira, vou terminar.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Mas V. Ex.^a, mesmo com muita razão, também tem muito poder de síntese.

O **Orador**: — Sr. Ministro de Estado e das Finanças, vão manter as taxas dos impostos tal qual estão neste momento durante quatro anos? Os portugueses não têm, em relação a essa matéria, qualquer luz de esperança? Será que não podem aproveitar a margem de quebra da despesa para também para diminuir as taxas dos impostos?

É extraordinariamente importante que V. Ex.^a responda a estas perguntas, que dê alguma esperança, porque não só a dará à bancada do CDS-PP mas também, com certeza, a Portugal.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, antes de mais, quero deixar o seguinte alerta, que tem que ver com a reestruturação dos serviços concentrados a nível regional: concordamos, obviamente, com essa reestruturação, mas com a condição de que ela não ser um pretexto para proceder ao emagrecimento dos territórios do interior e ao «insuflamento» dos territórios do litoral, isto é, de as sedes dos serviços não serem todas transferidas para o litoral quando poderiam estar no interior.

Passo, agora, a outra questão.

O Sr. Ministro, na parte final da sua intervenção, falou num aspecto que nos parece verdadeiramente importante, que é a sustentabilidade da segurança social. Em relação a essa questão, não vale a pena falar apenas da moderação do aumento das pensões, da fiscalização das contribuições, etc., porque há uma fileira fundamental, que é a das políticas de natalidade. Aliás, tem sido referida a necessidade de políticas de incidência demográfica.

Como V. Ex.^a sabe, Portugal, neste momento, tem um dos mais baixos índices de fecundidade da Europa. Ainda não estamos ao nível da Espanha nem da Itália, porque, esses sim, estão verdadeiramente num estado muito desguarnecido quer na Europa quer no mundo, mas para aí caminhamos.

A questão que lhe coloco é esta: se é absolutamente essencial — e pensamos que é — a constituição e o fomento de políticas que incidam sobre aspectos demográficos, nomeadamente, de políticas de natalidade, por que razão é que este documento de 41 páginas nada alude em relação a essa matéria e se limita apenas, no último parágrafo, *en passant*, a referir a sua importância e impescindibilidade? Sr. Ministro, o que é que este Governo vai fazer no que tem que ver com políticas de natalidade, que, obviamente, se entrecruzam e se entrosam com as políticas de apoio à família?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, começaria por responder à questão que suscitou relativamente ao desemprego. Como tive oportunidade de referir, a evolução do desemprego mais não será do que um reflexo, por um lado, da evolução do nível da actividade económica e, por outro, da própria evolução demográfica, em particular, da população activa.

O fraco nível de crescimento económico que temos registado nos últimos anos na economia portuguesa, que se revela fraco em 2005 e que, apesar de recuperar alguma coisa em 2006 e nos anos seguintes, com as perspectivas actuais e por aquilo que é possível prever para esse ano, ainda estará aquém do desejável para Portugal entrar rapidamente numa rota de convergência com os níveis e os padrões europeus, não é, com certeza, susceptível de gerar emprego adicional que compense o aumento da população activa.

A previsão que temos, no que respeita à evolução do emprego, é de uma taxa de criação de novo emprego de, somente, 0,1% ao ano, portanto, não há destruição de emprego, há alguma criação de emprego. Nesse sentido, a promessa de criação de 150 000 empregos durante a Legislatura vai ser cumprida.

Contudo, face ao baixo crescimento da economia portuguesa, que, como há pouco referi, se traduziu numa taxa média de, somente, 0,5 pontos percentuais nos últimos quatro ou cinco anos, não é de espantar que tenhamos um nível de desemprego que se tem vindo a agravar, que não vai ter melhorias nos próximos anos e que só a partir de 2008 dará notas de inflexão na sua trajectória. Mas isso vai dever-se não à falta de criação de empregos mas, essencialmente, ao aumento da população activa, que está a ocorrer a uma taxa de crescimento mais forte do que a criação de novo emprego.

Sr. Deputado Hugo Velosa, no que se refere às exportações, tive oportunidade de referir várias vezes as razões que estão subjacentes à previsão da sua evolução. Admito que possa ter estado distraído durante o debate parlamentar, mas repito, uma vez mais, esses argumentos: há um crescimento de 6% da procura externa, que, obviamente, afectará positivamente as nossas exportações; há uma evolução favorável da taxa de câmbio euro/dólar; haverá, esperamos, uma evolução dos custos salariais que permitirá a não degradação das nossas condições de competitividade e a recuperação das exportações. Aliás, convém não esquecer que este mesmo comportamento salarial será fundamental para evitar o agravamento da taxa de desemprego. Não é por acaso que os indicadores que tanto invocam, e que têm vindo a público, em muito apontam que, apesar da fraca conjuntura que temos vivido, há sinais positivos do lado da exportação, que já começam a sentir-se na nossa economia.

Sr. Deputado, permita-me que o corrija, mais uma vez. Veja com atenção os números. Disse que esta

consolidação, e cito, faz «uma aposta integral e exclusiva do lado da receita». Sr. Deputado, faça ao menos justiça aos números que lhe são apresentados e não seja tão excessivo no comentário que faz. Não é verdade aquilo que diz porque, como há pouco referi, a receita aumenta somente, em peso do PIB, uma décima de ponto percentual de 2006 a 2009 e a despesa baixa três pontos percentuais. É uma diferença de 1 para 30, a qual é muito grande.

Quanto à questão das SCUT, admito uma distração da bancada do CDS-PP, porque esse assunto já foi esclarecido mais do que uma vez, nesta Assembleia. O Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o Sr. Primeiro-Ministro e eu próprio tivemos várias vezes oportunidade de esclarecer as bancadas da oposição quanto à questão das SCUT, elas contam do Programa do Governo, na página 103, se bem me recordo. Vá ver o que é que o Governo pensa quanto às mesmas. Pareceu-nos que, neste documento, não valia a pena falar novamente nas SCUT, porque pensávamos que o assunto estava mais do que explicado. Pelos vistos, têm andado muito distraídos quanto a esta matéria.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Sr. Ministro, faça favor de terminar.

O **Orador**: — Sr. Deputado Diogo Feio, quanto às taxas dos impostos, gostaria de poder dizer que estamos em condições de baixar quer as do IVA quer as dos outros impostos, mas, infelizmente, a situação orçamental que deixaram ao País...

O Sr. **Diogo Feio** (CDS-PP): — Oh!...

O **Orador**: — ... não dá qualquer margem de manobra a que a consolidação orçamental que temos de operar permita qualquer veleidade nesta matéria.

O Sr. **Diogo Feio** (CDS-PP): — Quatro anos?!

O **Orador**: — Em boa verdade, se a situação orçamental era tão boa, como querem dar a entender, no tempo em que foram governo, espanta-me que não tenham procedido, em determinada altura, a descidas das taxas dos impostos.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Faça favor de terminar, Sr. Ministro.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

A competitividade fiscal não tem a ver só com níveis de taxas, tem muito a ver com as questões que referiu, isto é, com a simplicidade fiscal e com a estabilidade do quadro fiscal. Ora, este Governo apostou claramente na simplicidade e na estabilidade e, infelizmente, repito, não há espaço de manobra para proceder à descida das taxas.

Sr. Deputado, se, por acaso, as coisas correrem muito bem devido a um forte crescimento ou a uma consolidação mais rápida, com certeza que é aspiração de qualquer ministro das Finanças aliviar a carga fiscal aos contribuintes; não tenha dúvidas quanto a isso.

Termino, dizendo ao Sr. Deputado Adão Silva que com certeza que a desconcentração e a descentralização terão em consideração as especificidades locais.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Sr. Ministro, faça favor de terminar, porque está a ultrapassar largamente o tempo de que dispunha.

O **Orador**: — E concordo inteiramente consigo, no sentido de que a sustentabilidade da segurança social passa, e muito, também, por políticas de índole demográfica e as questões da natalidade e da fertilidade são, com certeza, uma vertente importante dessas políticas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Ribeiro.

O Sr. **José Manuel Ribeiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos hoje a debater a actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento para os anos 2005 a 2009.

Este documento, de importância fulcral para o País, deve constituir uma oportunidade para definir uma estratégia para o desenvolvimento económico e para a consolidação das finanças públicas. Desventuradamente, no caso desta actualização apresentada pelo Governo, tal não se verifica. Senão, vejamos!

Este Programa de Estabilidade e Crescimento vem, novamente, confirmar, e até reforçar, em alguns

casos, os aspectos negativos que o documento anterior já comportava.

Há, no entanto, algo que o distingue do apresentado em Junho último. Este não possui a forte ambiência de encenação em torno do défice previsto, que alguns, utilizando a mais pura demagogia e perícia falaciosa, procuraram transformar em défice real.

A técnica, agora, é diferente. À falta de uma boa encenação utiliza-se a manipulação e a omissão.

Manipulação, porque o Governo trabalha as previsões do modo que melhor lhe convém. O cenário macroeconómico é mais pessimista até 2008 mas, por «artes mágicas», a projecção para o crescimento do PIB em 2009 é inalterada, mantendo-se em 3%. Compreendemos esta situação. É a tentativa desesperada de conservar aquela que talvez seja a única promessa eleitoral que o PS ainda não deitou para o lixo.

Omissão, porque o Governo ignora, sem pudor, as revisões em baixa que as previsões de Outono do Banco de Portugal e da Comissão Europeia efectuaram para o crescimento do PIB.

Recordo-me de o Governo, aquando da discussão do Orçamento do Estado para 2006, ter afirmado que o documento não tinha truques nem habilidades. Compreende-se, agora, com clareza cristalina o que quis o Governo dizer: os truques e as habilidades foram quase todos «reservados» para esta actualização do PEC.

Dá, assim, o Governo mais um «rude golpe» no rigor, na disciplina e na credibilidade que tanto apregoa mas que não põe em prática, ou porque não consegue ou, então, porque não sabe.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este é um PEC que intensifica a tónica profundamente errada do aumento de impostos, como a solução «milagrosa» para a consolidação orçamental, quando se sabe que a verdadeira forma de a atingir é pelo lado da despesa, sendo este o único caminho para a redução sustentável do défice.

Na verdade, não causa estranheza que, na comparação do presente documento com a sua versão de Junho passado, se conclua que a consolidação orçamental até 2009 irá assentar ainda mais no lado da receita. Com efeito, no período 2005-2009, os ganhos médios, no lado da receita, representam 64,2%, quando, no PEC de Junho, correspondiam a 61,9%. Penso que ficamos esclarecidos sobre esta questão.

Por outro lado, não deixa de ser interessante constatar que, apesar de as projecções económicas serem mais desfavoráveis, o Governo — num exercício que só ele saberá, certamente, fazer mas que não tem correspondência na realidade — estima mais arrecadação de receita.

Depois, temos o desemprego, o drama com que muitos portugueses se vêem confrontados nos dias de hoje.

Com o crescimento económico projectado pelo Governo, parece evidente aos olhos de todos, porventura com a honrosa excepção do próprio Governo e da bancada do Partido Socialista, que o desemprego irá continuar a aumentar para níveis ainda mais elevados do que está previsto neste PEC.

Podia, infindavelmente, continuar a apresentar os múltiplos erros e equívocos deste PEC mas bastam estes exemplos.

Fica, assim, claro que este PEC é mais do mesmo, e o mesmo é manifestamente errado!

A manter o caminho que o Governo preconiza, Portugal arrisca-se a registar, durante o período em apreciação, a maior divergência, em termos reais, face à média da União Europeia.

Este é, verdadeiramente, um Programa de Estabilidade e Crescimento sem visão estratégica, sem rumo, funcionando mais como um repositório de intenções e vontades que em nada se coadunam com a realidade.

Este documento nada tem a ver com estabilidade e muito menos com crescimento. Este é, sem dúvida, o «Programa da Confusão Aplicada», que promove, em boa verdade, a estagnação, a instabilidade e o desemprego e, por isso, não serve os interesses de Portugal.

Mas este foi o rumo que o Governo escolheu, pelo que, mais tarde ou mais cedo, quando se comprovar que o seu modelo faliu, terá de assumir as responsabilidades e as incontornáveis consequências.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há um provérbio pelo qual nutro muita simpatia e que diz assim: «Quando o vento sopra forte, alguns abrigam-se, outros constroem moinhos».

Na verdade, o vento sopra forte: sopra forte no mundo, sopra forte na Europa e sopra muito forte em Portugal.

O Governo teve a oportunidade de construir moinhos...

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Torres eólicas!

O **Orador**: — ... mas optou por procurar abrigos. Com esta postura, o Governo prejudica os portugueses, lesa Portugal e põe em causa as gerações vindouras.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Srs. Deputados, temos um problema para resolver, porque o Sr. Deputado Maximiano Martins inscreveu-se para pedir esclarecimentos mas o PSD não dispõe de tempo. Calculo que o interesse do Partido Socialista possa levar a que ceda 1 minuto ao PSD, de modo a permitir a resposta ao Sr. Deputado José Manuel Ribeiro.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Sr. Presidente, o PS cede, efectivamente, 1 minuto.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Então, sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Maximiano Martins.

O Sr. **Maximiano Martins** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Manuel Ribeiro, o Sr. Deputado, na linha das intervenções anteriores, quer do PSD, quer do CDS-PP, insiste numa apreciação da conjuntura económica que, sem o querer ofender, posso considerar pouco séria. E, partindo de uma análise pouco séria da conjuntura económica, não consegue interpretar as previsões económicas.

Ora, em termos de situação económica, a primeira coisa que era exigível ao PSD e, de resto, também ao CDS-PP era seriedade e capacidade de autocritica. Basta recordar alguns números recentes! Parece que os senhores se esqueceram de que, em 2002, o PIB cresceu 0,5% e, em 2003, decresceu (-)1,2%. Parece que se esqueceram de 2002 e de 2003!

O consumo privado decresceu (-)0,3%, em 2003; a formação bruta de capital fixo decresceu quase 10%, em 2003; o investimento em equipamento registou, em 2002, (-)10,5%; a balança comercial atingiu o valor de (-)8,4% do PIB. Sabe a gravidade disto, Sr. Deputado?!

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — E neste ano e no próximo ano como vai ser?!

O **Orador**: — E o Sr. Deputado Miguel Frasquilho também sabe qual a gravidade da balança comercial ter atingido o valor de (-)8,4% do PIB?! E o que se verificou com a balança de transacções correntes, etc.?!

A vossa capacidade de autocritica, nesta matéria, seria uma base séria para se apresentarem ao País. E nem quero ir pela ideia de que devem uma explicação ao País pelo facto de, há uns tempos atrás, apresentarem a retoma por adquirida. Já nem quero ir pelo ridículo desta circunstância!

Protestos do PSD.

A interpretação dos dados de conjuntura económica exige muito cuidado. O Sr. Deputado conhece, certamente, a *Síntese Económica de Conjuntura — Terceiro trimestre de 2005*, do INE. Fala de sinais de recuperação económica, fala de recuperação das exportações, fala de ténue crescimento do emprego.

O Sr. Deputado conhece, certamente, o *Economic Outlook*, da OCDE, de agora, que dá uma previsão, para Portugal, em termos de exportações, em 2006, de 6,3%. Seria talvez importante que os Srs. Deputados pedissem aos técnicos da OCDE, instituição muito prestigiada — estaremos, certamente, todos de acordo —, que fundamentassem esse valor, o qual é superior ao valor do Governo.

Já agora, a previsão relativa ao PIB, para surpresa de alguns — e refiro-me ao *Economic Outlook*, recente —, é de 0,8%, em 2005.

O Sr. **Carlos Poço** (PSD): — Que maravilha!

O **Orador**: — Não, não é maravilha. Nós não escondemos as dificuldades do País, nós não anunciamos a retoma a partir de uma situação económica que é frágil, como todos reconhecemos, mas também não podemos deixar de denunciar aqueles que andam atrás dos números com demagogia.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Ribeiro.

O Sr. **José Manuel Ribeiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Maximiano Martins, agradeço, obviamente, o seu pedido de esclarecimento mas, na realidade, não constitui verdadeiramente nenhum pedido de esclarecimento. E permita-me que lhe diga também, em face da sua preocupação de não me ofender, que não me ofende qualquer pessoa, não me ofende quem quer, ofende-me quem eu quero ou quem eu deixo que o faça.

Sr. Deputado Maximiano Martins, o senhor não conseguiu evitar de falar na herança. À falta de melhores argumentos, lá vem o Partido Socialista com a herança.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Convém ir lembrando!

O **Orador**: — Mas, Sr. Deputado, se temos de falar em herança, não nos podemos reservar a fazer análises no curto prazo, temos de ir atrás mais uns aninhos. E, já que falou em herança, deixe-me que lhe fale

também da herança. O Sr. Deputado está esquecido do regabofe orçamental guterrista?!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — O senhor esqueceu esse período?!

O Sr. **Maximiano Martins** (PS): — Onde é que estão os dados?!

O **Orador:** — Ou isso foi apagado da história?! Isto é verdade! Geraram-se aí os maiores problemas ou afundaram-se, ainda mais, os que existiam para a economia portuguesa e para Portugal. E deixe-me que lhe diga que os senhores estiveram tão cientes desta questão que até fugiram... Mas, enfim, isso é outra história.

Há, no entanto, uma diferença muito grande entre aquele período e este mas os senhores não gostam de dizer a verdade. Os senhores esquecem-se de que, na altura, havia um Pacto de Estabilidade e Crescimento completamente inflexível. Quando o governo PSD/CDS-PP esteve a governar Portugal, o Pacto de Estabilidade e Crescimento era completamente inflexível e rigoroso...

O Sr. **Maximiano Martins** (PS): — Mas é preciso saber negociar!

O **Orador:** — ... e as coisas tinham de ser como eram. Não havia hipótese e fez-se o melhor que se conseguiu. Uma coisa é verdade: este Governo tem um quadro muito menos rigoroso, ao ponto de poder fazer a consolidação em três anos, em vez de a fazer em dois anos.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Faça favor de terminar, Sr. Deputado.

O **Orador:** — Mas registo mais uma coisa, Sr. Deputado: o senhor nem teve a preocupação de contrariar duas acusações que eu fiz na tribuna, relativamente à manipulação e à omissão, o que significa, verdadeiramente, que o senhor, ao não contrariar, acaba por concordar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Maximiano Martins** (PS): — Tira cada ilação!

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo acaba de confirmar o que já todos sabiam: Portugal está em estagnação económica, Portugal vai continuar em quase estagnação económica nos tempos e anos mais próximos.

A revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento do Governo — modificando, de novo, as suas próprias projecções macroeconómicas de há seis meses apenas — vem, de facto, confirmar um cenário de estagnação e um cenário de dramático agravamento das condições sociais dos trabalhadores e do País.

O Governo revê em baixa o crescimento. Em vez da riqueza nacional crescer 1,4%, crescerá quanto muito 1,1%, em 2006, cortando, assim, em mais de 20% a sua própria previsão de Junho.

O Governo vem confirmar que o investimento em Portugal vai ser, em 2005, inferior ao de 2004 e que, para 2006, terá um corte de 27% sobre o que projectara em Junho.

O Governo reconhece agora que as exportações vão crescer apenas um terço do que eram as suas próprias previsões de Junho, embora continue a insistir, não obstante a revisão em baixa, em valores quase mirabolantes para os próximos anos.

O Governo confirma que a dívida pública irá aumentar, não obstante a insistência em proceder a privatizações sem sentido económico nem qualquer justificação política.

Finalmente, o Governo reconhece que as suas metas para o desemprego vão ser revistas em alta. Parece que o Governo abandona, assim, alguma da sua própria publicidade enganosa mais característica: em Junho, anunciara, não se sabe bem como nem porquê, a criação de 260 000 postos de trabalho até 2009; agora, já só fala em 223 000, implicitamente, como é óbvio, fazendo desaparecer na «bola de cristal» do seu Programa de Estabilidade e Crescimento quase 40 000 empregos, sublinhe-se, em menos de seis meses.

Quanto aos 150 000 postos de trabalho mencionados na campanha eleitoral, nada, nem uma palavra, nem um sinal, apesar das desculpas e das justificações aqui dadas pelo Sr. Ministro de Estado e das Finanças, apenas a total falência de um compromisso lançado para o caixote do lixo!

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há quase seis anos que Portugal continua a divergir do crescimento médio da zona euro. Portugal não é apenas o país que menos cresce na

União a 15, Portugal é também o país que menos cresce na União alargada a 25; Portugal não é apenas o país com o PIB mais baixo entre os antigos 15 membros da União, Portugal será mesmo ultrapassado, já em 2006, por 4 dos 10 novos Estados-membros.

Os objectivos (sempre tidos como essenciais) de promover a dinamização da economia e de garantir um crescimento da riqueza nacional em torno dos 3% continuam sucessivamente a falhar. Falharam com Durão Barroso e Manuela Ferreira Leite, vão falhar estrondosamente com José Sócrates e o Governo do PS, que tinha feito daquele valor de crescimento a tónica fundamental da sua campanha eleitoral.

Apesar de o crescimento na União ser também insuficiente para promover o aumento do emprego sustentado, a verdade é que Portugal, mesmo assim, continua a divergir e insiste em prosseguir uma estratégia de estagnação económica sem precedentes, a qual provoca, e vai continuar a provocar, níveis de desemprego dramáticos e insustentáveis.

Perante esta realidade, o que faz o Governo? Em vez de rever políticas e de alterar orientações, em vez de se virar para a defesa da capacidade produtiva nacional e de fomentar e dinamizar os investimentos público e privado, limita-se a confirmar no seu Programa de Estabilidade e Crescimento tudo o que, ano após ano, governo após governo, tem estado na origem dos atrasos sucessivos do nosso país! E posso garantir ao Governo, em especial ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças, caso não queira consultar os *Diários da Assembleia da República*, que os princípios, as orientações e as medidas de ataque aos direitos dos funcionários públicos, de despedimentos, mais ou menos encapotados, na Administração, de cortes na saúde ou na educação, de privatização e concessão privada de serviços públicos com base em critérios economicistas, de alteração da idade da reforma, de cortes generalizados nas prestações sociais ou nas responsabilidades face ao desemprego ou à pobreza, estão todas elas, sem excepção, plasmadas quer nos programas de estabilidade quer nos discursos aqui mesmo proferidos pela Dr.^a Manuela Ferreira Leite enquanto ministra das Finanças do governo do Dr. Durão Barroso.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Ao contrário do que aqui disse o Sr. Ministro de Estado e das Finanças no encerramento do debate orçamental, aliás, de uma forma e com uma sobranceria absolutamente dispensáveis, não temos de forma nenhuma uma «visão isolada do mundo e comprometedora da participação de Portugal na União Europeia». Essa afirmação não corresponde à verdade, é pura mistificação!

O que defendemos, Sr. Ministro, é uma Europa diferente, que rompa com as práticas neoliberais, que preserve serviços públicos, que respeite e assegure os direitos individuais e colectivos, que aceite e respeite as especificidades nacionais, que coloque como questão essencial o reconhecimento da existência de economias muito diferentes no seu seio, que articule, finalmente de forma sustentada, a sustentabilidade das finanças públicas com objectivos de desenvolvimento, de recuperação de atrasos regionais e de coesão económica e social. E para isso só há um caminho, Sr. Ministro, o da alteração profunda do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Este deve ser, quanto a nós, o caminho que o Governo deverá desde já reatar e encetar.

Ao que o Pacto conduz já todos sabemos: são anos seguidos de atrasos, de divergência, de recessão ou estagnação económica, de desemprego! É preciso que o Governo coloque na agenda política a necessidade de varrer do Pacto de Estabilidade os actuais conceitos de fundamentalismo monetarista. Não bastam as operações de cosmética, as operações minimalistas como as adoptadas no início deste ano, que nada resolveram e tudo de essencial mantiveram!

Este é o desafio que hoje deixamos ao Governo, e que é para levar a sério. Rever o Pacto de Estabilidade não interessa apenas a Portugal e aos portugueses, interessa a todos, é essencial para uma nova visão, para garantir uma participação activa e plena de todos na União Europeia.

O Programa de Estabilidade e Crescimento que o Governo hoje apresenta, pelo contrário, é a submissão completa de Portugal e dos portugueses a imposições e espartilhos impostos, que não só não resolvem um único dos problemas do desenvolvimento do País como antes contribuem para a perpetuação dos seus constrangimentos orçamentais.

O Programa de Estabilidade e Crescimento do Governo é, em suma, uma espécie de ciclo vicioso, com o qual é urgente romper o mais depressa possível, em nome do desenvolvimento e do crescimento económico, em nome do emprego e de Portugal.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente (Guilherme Silva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Baptista.

O Sr. Victor Baptista (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No curto espaço de tempo de cinco meses, de novo esta Câmara debate o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC). Este PEC não é mais do que a actualização do anterior, que foi objecto de debate em Junho último. Não será por demais realçar o facto de, em anos anteriores, os governos apresentarem o

PEC à União Europeia e só posteriormente informarem esta Assembleia do seu conteúdo.

O Governo reafirma com este Programa de Estabilidade e Crescimento a sua estratégia de consolidação orçamental, assente na consciência da necessidade de levar para a frente as reformas estruturais, agora mais do que nunca inadiáveis para o indispensável desenvolvimento do nosso país.

A sustentação do equilíbrio financeiro do Estado é assim, mais uma vez, um dado central na política do Executivo, qualquer que seja o cenário macroeconómico. Inclusivamente no ano de 2006, em que se espera um crescimento de 1,1% — portanto, não se trata de estagnação e muito menos de recessão —, o relatório sublinha que a consolidação orçamental será particularmente aguda.

O Governo reafirma e assume a reestruturação da Administração Pública, em que os serviços públicos irão permitir ao Estado uma poupança de 2,2 milhões de euros até 2009, isto é, mais 615 milhões de euros do que inicialmente estava previsto.

A actualização do PEC conta com um crescimento económico mais débil do que o estimado em Junho passado mas, apesar disso, a taxa de desemprego, que nos últimos anos cresceu expressivamente, em particular nos anos de 2003 e 2004, tenderá a diminuir a partir de 2007, situando-se na ordem dos 7%, ainda assim muito inferior à média europeia. O desemprego terá, em previsão, uma evolução ligeiramente mais favorável do que a antecipada em Junho do corrente ano.

O PEC não é um fim em si mesmo, e também não é um orçamento plurianual, é, isso sim, uma pré-condição para o crescimento económico indispensável à prossecução de políticas de coesão social e de desenvolvimento económico. Numa economia como a nossa, de grande exposição exterior e onde 80% das exportações portuguesas se dirigem à União Europeia, todos sabemos que os sucessos ou desaires europeus são também importantes para Portugal.

Também sabemos que só haverá emprego duradouro se os trabalhadores forem qualificados. Este PEC é uma peça na estratégia do crescimento económico do Governo e da maioria parlamentar, com particular destaque para o Plano Tecnológico e o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008.

Com coragem e determinação, o Governo apresenta, pela primeira vez, uma análise de sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas, tendo por base as metodologias recomendadas pelos organismos do Conselho Europeu e no Relatório da Sustentabilidade da Segurança Social apenso ao Orçamento do Estado para 2006.

Realçamos as análises de sensibilidade a diferentes hipóteses do cenário macroeconómico, como a variação do preço do petróleo, a maior ou menor procura externa, as diferentes trajectórias de curto e longo prazos para as taxas de juro.

A revisão em baixa das previsões de crescimento económico para o período de 2005 a 2008 mantém inalterados os objectivos dos défices anuais e da evolução da dívida pública, para os quais contribuirá o combate à fraude e à evasão fiscal, em que os bons resultados já começam a ser bem visíveis.

Neste Programa de Estabilidade e Crescimento, mais uma vez, o Governo reafirma que não haverá mais aumento de impostos, bem pelo contrário. Não estão previstos aumentos de impostos, para além daqueles que foram conhecidos.

O Sr. António Pires de Lima (CDS-PP): — Não foram poucos!

O **Orador**: — Já afirmou aqui o Sr. Ministro de Estado e das Finanças que, logo que a situação financeira do País o permita, a carga fiscal será aliviada.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O País tem um Governo que governa, que governa para além dos calendários eleitorais, que governa com coragem e que, mais uma vez, aqui apresentou o PEC de que Portugal precisa. Desde logo, porque a redução do défice será, no futuro, garantida pelo lado da despesa, com a consciência de que nesta terão de ser sobretudo as medidas estruturais a contribuir para o «emergimento» do Estado. Todos sabemos que as reformas estruturais pelo lado da despesa levam sempre mais tempo a concretizar como a produzir os seus efeitos de poupança orçamental.

A redução do défice impõe-se não só pelos compromissos assumidos perante a União Europeia aquando da adesão à moeda única mas, sobretudo, porque permite travar a dinâmica desfavorável da evolução da dívida pública antes que esta cause danos relevantes para a economia portuguesa, em particular na capacidade de o País se financiar nos mercados financeiros.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal tem um Governo. O Governo tem um caminho para Portugal.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Vou deixar umas breves notas sobre este debate, antes de mais sobre aquilo em que não obtivemos resposta,

numa falta de diálogo com Sr. Ministro de Estado e das Finanças. Justapuseram-se alguns monólogos mas, na verdade, não houve um diálogo.

Em primeiro lugar, vou referir-me à reversão da tendência de desemprego em 2008. Não resultou claro para nós, nem das explicações do Sr. Ministro das Finanças, como é que essa reversão se faz, já que a taxa de crescimento do produto prevista é uma estimativa discutível — é mais um desejo estimável do que uma estimativa, neste momento —, mas é baixa e, portanto, só se acreditarmos que há um automatismo na criação de emprego.

Não entendemos como é que essa reversão se opera exactamente. Teria de se ter em conta a característica do desemprego de longa duração, qual a dimensão do desemprego estrutural. Não entendemos essa alteração de tendência em 2008. Não cremos que esteja fundamentada nem por quem é economista nem por quem não é economista; não entendo esse mistério da reversão de tendência em 2008, pois não há fundamentação apresentada para o efeito. Gostaríamos de ter sido rebatidos pelo Sr. Ministro de Estado e das Finanças, mas não o fomos.

Se há um plano para o emprego, desconhecemo-lo; é mais um dos planos escondidos. Não é, seguramente, o instrumento que vai ser apresentado a Bruxelas como um plano complementar ao Programa de Estabilidade e Crescimento.

Diz-nos o Sr. Ministro, acerca da diminuição do custo relativo das pensões no esforço do Estado, que não quer ser coveiro do Estado social, mas não diz o que quer ser. Aqui é preciso, de facto, ser político. Não basta ser bom economista nem recriminar os outros por não parecerem bons economistas, é preciso ser político. É que, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, nas eleições não se trata apenas de uma competição de sufrágio, há um contrato de confiança que é estabelecido com os eleitores e nem do programa eleitoral do Partido Socialista nem do Programa do Governo constava uma desvalorização das prestações da segurança social.

Portanto, era necessário vermos o Governo aqui assumir claramente, explicando aos portugueses aquilo que está a dizer a Bruxelas, que vai desvalorizar as prestações sociais. E o Governo não está a assumi-lo!... Diz a Bruxelas, mas não diz aos portugueses! Logo, temos um plano escondido sobre as prestações sociais.

O Sr. Ministro de Estado e das Finanças preferiu, mais uma vez, nada nos dizer sobre as privatizações, para as quais há igualmente um plano, que é também um plano não revelado.

O Sr. Ministro de Estado e das Finanças diz-nos que para mater a trajectória de ajustamento do défice orçamental que se propõe, e que mantém, perante o arrefecimento da economia, a diminuição do produto e um conjunto de outras dificuldades adicionais, não hesitará em não aumentar impostos e em aumentar cortes nas despesas correntes. Mas tendo o Governo planos para tantas coisas — e temos aqui vários instrumentos que estão incluídos na leitura e na aplicação do Programa de Estabilidade e Crescimento —, também não entendemos por que é que o Governo do Partido Socialista não enuncia os critérios para esses cortes suplementares das despesas correntes. Ou será que esses critérios se irão evidenciando pela prática, serão avulsos, serão casuísticos?

Depois, o Governo deveria dizer claramente aos portugueses onde é que vai cortar, qual é o plano alternativo para reduzir a despesa, não deixando enunciado à comunicação social e mais ou menos sobredito a Bruxelas, sem que os portugueses tenham algum conhecimento do que os espera, em anos vindouros, em virtude da política orçamental do Governo.

Por isso, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda entende que não vamos por bom caminho e que não é da forma «draconiana» como se procura aplicar o Pacto de Estabilidade e Crescimento que encontraremos soluções para o ajustamento orçamental sem com isso levarmos a uma colisão com a economia real. Estamos numa circunstância em que não desfazemos o nó e, muito provavelmente, quando chegar ao fim o prazo de adaptação que foi dado nos escombros do processo de procedimento por défice excessivo, o Governo português terá perdido todas as circunstâncias: nem conseguiu o ajustamento nem conseguiu ajudar a retoma económica, como não conseguiu ajudar a uma política de emprego que verdadeiramente o crie.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Faça o favor de terminar, Sr. Deputado.

O **Orador**: — É nesta encruzilhada que o Governo se encontra. A solução não é a fuga para a frente e não é nem o agastamento pela crítica nem o agastamento com as oposições. A solução seria falar claro aos portugueses e é isso que não vemos. Vemos intenções para Bruxelas, mas não se fala claro aos portugueses.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Srs. Deputados, vamos passar à fase final do nosso debate, a de encerramento.

Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Gostava de desenvolver um pouco mais a questão que referi há pouco no meu pedido de esclarecimento, que tem a ver com o que os portugueses podem esperar deste Programa de Estabilidade e Crescimento. Isto porque penso que, de facto, é necessário que os portugueses tenham consciência daquilo que nele está inscrito e do que pode decorrer das medidas que preconiza.

Desde logo, quanto ao aumento do desemprego — e reforço esta ideia —, não comprehendo, até pela explicação que o Sr. Ministro deu, como é que, onde se diz que cresce a taxa de desemprego, o Governo vê o emprego a subir.

Diz o Sr. Ministro que isto não tem nada a ver com a não criação de postos de trabalho — mas, entretanto, também é preciso ter em conta e contabilizar aqueles que vão sendo destruídos —, tem a ver, sim, com o aumento da população activa. E, então, o Governo toma medidas para agravar mais essa componente, como aquelas que bem conhecemos, a dos dois funcionários que saem da Administração Pública para entrar apenas um, inscrita aqui, no PEC, a do aumento da idade da reforma da função pública para os 65 anos, as negociações, que já por aí vão, para o aumento da idade da reforma no sector privado, sabe-se lá para quando.

É face a isto que os jovens portugueses podem sentir-se profundamente preocupados tanto quanto ao seu futuro como quanto ao seu ingresso no mercado de trabalho, já que, com as medidas que o Governo está a tomar, isso se dificultará sobremaneira. É este alerta que é preciso dar também aos jovens portugueses, porque essa preocupação decorre da leitura deste PEC, como, aliás, da do outro.

É importante que os portugueses tenham em conta uma outra preocupação, que tem a ver com esta ânsia de privatizações por parte Governo, numa clara desresponsabilização do Estado em relação a sectores fundamentais. Os Verdes querem aqui transmitir que têm uma profunda preocupação com a estratégia do Governo para os sectores da energia e da água, que consideram componentes fundamentais do desenvolvimento. Por isso, interrogam-se sobre qual será, para o Governo, a lógica de privatização destes sectores. Aliás, deste PEC, se o compararmos como PEC de Junho, também apresentado por este Governo, decorre um brutal aumento, quase para o dobro, das verbas arrecadadas com as privatizações.

Outra situação que Os Verdes podem esperar deste Programa de Estabilidade e Crescimento, face à medida de revisão do sistema de progressões na carreira aqui anunciada pelo Governo e por ele já manifestada várias vezes, é a promoção do clientelismo. Através da componente avaliação do desempenho, este Governo vai, claramente, promover o clientelismo, o que é profundamente preocupante.

Além disso, os portugueses podem esperar uma clara continuação da diminuição do seu poder de compra, facto para o qual bem contribuiu — e está a contribuir — uma das primeiras medida que o Governo tomou, a do aumento do IVA.

Outro problema preocupante é o da restrição do acesso dos portugueses a algumas questões essenciais, designadamente consagradas como direitos fundamentais na Constituição da República Portuguesa. É assim que se anuncia o encerramento de serviços de urgência nos centros de saúde que atendem, em média, 10 ou menos utentes por noite e o encerramento de escolas que tenham menos de 10 alunos.

Tendo em conta que o Governo está a fazê-lo de uma forma cega (porque, dito assim, é de uma forma cega), sem ter em conta o potencial de desenvolvimento de cada uma destas localidades e de cada uma destas unidades, é evidente que, neste sentido, como, de resto, no que respeita a todas as medidas que aqui realcei, aquilo que o Governo está a fazer com este seu verdadeiro programa é a comprometer o desenvolvimento do País, mas orgulha-se, simultaneamente, dos investimentos estratégicos com que vai dotar o País, como o TGV. Entretanto, vai isolando, isolando, isolando, o interior do País, comprometendo um desenvolvimento mais simétrico e fomentando as assimetrias regionais.

É evidente que esta não é esta a nossa lógica de desenvolvimento e queremos demarcar-nos completamente destas medidas anunciadas pelo Governo, desta política que o Governo insiste em implementar. Nesse sentido, lamentamos profundamente que este Governo esteja mais preocupado em servir Bruxelas do que em servir verdadeiramente os portugueses e a componente de desenvolvimento deste país, que bem merecia um Governo que olhasse por eles e por ela.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A divulgação da actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento 2005/2009 não traz novidades, pelo contrário, repete erros e políticas que já se demonstraram erradas. Se evidência faltasse, a crise que hoje vivemos é a prova provada do seu erro e, portanto, do seu quase certo falhanço.

Lembremos que quando o Pacto de Estabilidade e Crescimento foi aprovado prometia a redução do défice, o aumento do emprego e um crescimento sustentado. Oito anos depois, os resultados estão à vista: o défice aumentou, o desemprego bate recordes e a nossa economia enfrenta uma estagnação persistente.

É porque o país atravessa uma crise prolongada nunca antes vivida que a todos se exige que sejam cla-

ros. Nós, Bloco de Esquerda, sempre fomos claros, sempre afirmámos que apoiamos qualquer estratégia que permita combater efectivamente o desperdício e aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços na Administração Pública, que contribuiremos sempre para políticas que qualifiquem e alarguem direitos sociais, que apoiamos o investimento público que tenha efeitos multiplicadores.

Não são essas as políticas que sucessivos governos nos têm apresentado, e mesmo quando as soluções não resultam a resposta é, invariavelmente, reforçar as mesmas políticas, oferecer sempre cada vez mais do mesmo.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

A Oradora: — O documento que hoje discutimos mantém, inexplicavelmente, a mesma orientação errada. Era já tempo de perceber que, como se tem provado, os cortes cegos na despesa não geram eficiência, que a privatização das funções sociais não aumenta a sua qualidade e que a contracção do investimento não combate o desperdício.

E falar de desperdício é, em primeiro lugar, falar do desemprego, é falar da recusa que é feita ao contributo que 600 000 portugueses podem dar, querem dar, para a recuperação económica, é desbaratar todo um universo de vontades, de saberes e de competências, sem o qual nenhuma estratégia de desenvolvimento verá a luz do dia. E lembremos que o emprego foi uma das prioridades do PS durante a última campanha: 150 000 novos postos de trabalho, foi essa a promessa.

Mas depois das eleições as palavras mudaram, já não era uma promessa, era um compromisso e, a seguir, já não era um compromisso, era uma meta. Hoje sabemos o que valia essa meta: era apenas uma miragem, um engano. Só em 2006 iremos ter mais 18 000 novos desempregados.

Falar de desperdício é, em segundo lugar, falar de fraude e evasão fiscais é uma exigência mínima de justiça e democracia, que continua a não chegar, precisamente, aos sectores onde é mais imprescindível. E assim tivemos mais um Orçamento do Estado que passou sem que tivesse havido a coragem de levantar o segredo bancário ou de acabar com a situação escandalosa do offshore da Madeira.

Falar de desperdício é, finalmente, falar das sucessivas oportunidades perdidas ao nível do investimento, da modernização e da reconversão do nosso modelo de desenvolvimento económico. Os anos marcados por esta política económica são anos deitados fora, que agravam o atraso e que revelam o fracasso de uma política que se mostrou incapaz de realizar a convergência económica com os outros países da União Europeia.

Na ausência de uma estratégia para a reforma dos serviços públicos, o Governo entendeu retirar dinheiro, esperando que da escassez surgisse o engenho que lhe falta. Retira dinheiro mesmo aos sectores da administração que funcionam bem, aos serviços (e são muitos) que são eficientes. Exigia-se do Governo mais conhecimento e mais critério. Exigia-se o mínimo: que, pelo menos, não estragasse o que funciona bem.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Tal como a maioria dos portugueses, aguardávamos este documento com algum receio — os programas de estabilidade e crescimento e as suas actualizações têm sido, ao longo dos anos, mensageiros que só trazem más notícias ao País. Desde os governos de Durão Barroso e de Pedro Santana Lopes que vemos como as previsões são como areias movediças: quando pensamos que se bateu no fundo, o fundo é revisto em baixa.

Vozes do BE: — Muito bem!

A Oradora: — Tal como os anteriores primeiros-ministros, também o Primeiro-Ministro José Sócrates vê a retoma como a linha do horizonte: à medida que avançamos, também esta se vai afastando.

Pior: parece que nada se aprende com os erros, que nenhuma lição se retira do sucessivo falhanço destas políticas, da crise social e económica a que nos conduziram. O crescimento do desemprego, a estagnação da nossa economia, a deterioração da quota de mercado das exportações portuguesas, que prova mais quer o Governo para perceber o falhanço do Pacto de Estabilidade e Crescimento? Ou devo perguntar que parte exactamente da palavra «falhanço» é que o Partido Socialista e o Governo não compreendem?

Não é com este Programa que vemos chegar a coragem de reconhecer o erro, a coragem de avançar com a reformulação desta política. Temos de fazer escolhas políticas que promovam a reforma da Administração Pública de forma criteriosa, políticas de investimento público que sejam corajosas e uma aposta real na valorização do trabalho e das qualificações, porque só esse caminho poderá assegurar a modernização, atrair investimento e melhorar as condições de vida dos portugueses.

Como sempre, o Bloco de Esquerda é claro nas suas escolhas: não desistiremos de lutar por um corte profundo com as políticas que nos conduziram à presente crise. Não desistiremos de batalhar e de propor por uma política realmente socialista.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Pires de Lima.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, restantes membros do Governo, Srs. Deputados: Resulta óbvio da discussão e da sua leitura que o Programa de Estabilidade e Crescimento que agora é reapresentado pelo Governo e pelo Sr. Ministro das Finanças falha naquilo que, para nós, é mais importante: não apresenta soluções que reponham a competitividade das empresas, que ponham a economia a crescer, para que Portugal seja um espaço de criação de riqueza e de emprego.

O Sr. Ministro das Finanças fica muito zangado com as bancadas da oposição por estas salientarem o facto de, desde que este Governo socialista tomou posse, as projecções de crescimento da economia em Portugal terem sido sucessivamente revistas em baixa: 1,5% no princípio do ano; 1,1% em Março; 0,8% em Setembro; 0,5% aquando da apresentação do Orçamento e, se no último trimestre não houver nenhum crescimento miraculoso, terminaremos o ano com um crescimento pouco superior a 0,2%. E interpreta estas críticas que a oposição genuinamente faz, porque está preocupada com o futuro do País e com o futuro das famílias portuguesas, como uma espécie de gosto que a oposição teria pelo facto da economia portuguesa estar a evoluir mal. V. Ex.^{as} parece não entender o que é o papel de uma oposição democrática em Portugal.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — É óbvio que a nossa preocupação se estende até ao fim da Legislatura, até ao fim de 2009, porque as projecções de crescimento da economia que são apresentadas neste Programa de Estabilidade e Crescimento são todas revistas em baixa face aos números que tinham sido apresentados há seis meses. E a consequência é muito má para o País, porque, ao contrário daquilo que foi prometido por VV. Ex.^{as} durante a campanha eleitoral — uma diminuição radical do desemprego em Portugal, a criação de 150 000 novos empregos durante esta Legislatura —, prevemos terminar esta Legislatura, que é da inteira responsabilidade do Partido Socialista e do Governo socialista, e chegar a 2009 com mais desempregados do que aqueles que Portugal tinha no final de 2004.

É isto que dá quando se aplica à economia a velha receita socialista: primeiro, agravam-se os impostos (nove impostos agravados durante o ano 2005); depois, põe-se uma inusitada fé no anúncio e no avanço de mega projectos de investimento público; e, a seguir, espera-se — como se faz há mais de 20 anos, em Portugal — que a economia cresça e que se crie riqueza para todos os portugueses.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — É esta a receita que tem vindo a ser aplicada em Portugal há 20 anos e que tem como resultado que o País seja hoje o mais atrasado economicamente da Europa a 15 e esteja a caminho, alegremente, de se tornar o País mais atrasado da Europa a 25.

É evidente que, no CDS-PP, reconhecemos, ao nível do controle da despesa, algumas medidas meritórias deste Governo, e nisso também marcamos a diferença face ao estilo da oposição que marcou o Partido Socialista durante os anos em que fomos poder.

Vozes do CDS-PP: — Bem lembrado!

O **Orador**: — Reconhecemos como importante o sentido realista que este Governo está a pôr na sustentabilidade da segurança social, reconhecemos como muito importante que se dê continuidade ao trabalho que iniciámos de combate à fraude e à fuga fiscais e reconhecemos também como significativos e importantes os esforços que estão a ser feitos na reestruturação da Administração Pública, numa gestão mais racional dos recursos humanos da Administração Pública, no controle das finanças locais e regionais e a introdução de *controller* nos ministérios que tenham poder efectivo sobre a gestão desses mesmos ministérios.

No entanto, há duas coisas que resultam muito claro deste Programa de Estabilidade e Crescimento: a irracionalidade das SCUT vai ser mantida durante toda esta Legislatura, e isto, do nosso ponto de vista, é imperdoável, porque representa um desperdício inaceitável num Estado que vive em dificuldades.

Aplausos do CDS-PP.

Para além disso, o aumento de impostos — em nove meses, VV. Ex.^{as} conseguiram aumentar nove impostos — vai manter-se inalterado durante os quatro anos da Legislatura.

Sr. Ministro das Finanças, relativamente à consolidação orçamental, quem o ouvisse há pouco poderia pensar que toda a massa cinzenta disponível em Portugal se concentrou no Governo e na bancada do Partido Socialista. A arrogância de uma maioria absoluta dá nestes efeitos nefastos: os professores do Governo esmagam os inúteis Deputados da oposição; os economistas do Governo é que são verdadeiros economistas, porque os da oposição são aquilo que são.

No entanto, permita-me humildemente chamar-lhe a atenção, Sr. Ministro das Finanças, para o quadro da pág. 30, onde se verifica, detalhadamente, pelas contas que V. Ex.^a apresenta, que o esforço de consolidação orçamental é feito maioritariamente, ao longo de todos os anos desta Legislatura, ao nível da receita e não ao nível da despesa, e não há facto que consiga iludir aquilo que vem na pág. 30 do relatório que V. Ex.^a apresentou.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

A este propósito, vou fazer uma citação: «O combate ao défice deve assentar numa poderosa revisão das funções do Estado, que permita uma contenção sólida, equilibrada e justa da despesa corrente.» Isto vai ser publicado sexta-feira, num artigo de um reputado jornal económico, e foi dito pelo actual Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio. Tenho pena que o Dr. Jorge Sampaio só tenha proferido afirmações tão importantes a 4 meses de terminar um mandato de 120 meses.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas mais vale tarde do que nunca, porque é precisamente isto que o CDS-PP tem vindo a defender há muitos anos: Portugal só terá um Estado racional e só cumprirá com um verdadeiro esforço de racionalização da Administração Pública no dia em que se tiver a coragem de rever as funções do Estado e estas se resumirem às de regulação e de controle, partilhando outras funções com o sector privado.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Comprova-se que o Pacto de Estabilidade e Crescimento continua a ser um documento inadequado para as economias a necessitar de desenvolvimento e um obstáculo e um inimigo da coesão económica e social. É por isso que, quando discutimos mais uma revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento, é preciso dizer que se impõe, indubitavelmente, a crítica ao Pacto de Estabilidade e Crescimento, sendo a condenação da sua política monetarista indispensável para quem quer defender a coesão económica e social e uma política de desenvolvimento económico, que está vedada ao nosso País se os governos continuarem a submeter-se a estes ditames monetaristas.

Aliás, ainda em relação a esta política monetarista e à questão recente do aumento das taxas de juro, conhecem-se as consequências negativas deste aumento decidido pelo Banco Central Europeu e, por mais que se tente «dourar a pílula», estes aumentos são particularmente negativos para uma economia em estagnação e vão retrair ainda mais o consumo das famílias portuguesas. Parece que a decisão do Banco Central Europeu não terá sido unânime. Importava, por isso, conhecer a opinião do Ministro das Finanças sobre esta decisão e os seus efeitos na economia nacional e, sem prejuízo da independência do Banco Central, saber que articulação existiu, ou não, entre o Governador do Banco de Portugal, que tem assento no Banco Central Europeu, e o Ministro das Finanças e o Governo do nosso país.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito oportuno!

O **Orador**: — O Programa de Estabilidade e Crescimento é, no entanto, mais ainda do que a obsessão do défice. É o pretexto e o veículo para a imposição de medidas neoliberais de mais privatizações, de desregulação do mercado e das relações laborais e de diminuição de direitos sociais e laborais.

Este Programa de Estabilidade e Crescimento traz consigo, sempre com a justificação da consolidação das contas públicas, a destruição da Administração Pública e vem, aliás, ao encontro da agora citada proposta do PSD em relação às funções do Estado e à sua diminuição para um nível mínimo, condenando o Estado não a ser um garante dos direitos dos cidadãos, mas um mero instrumento para os grandes interesses económicos e para o capital financeiro poder assegurar a maximização dos seus lucros com a minimização dos direitos sociais e laborais.

Este Programa de Estabilidade e Crescimento é aquele que prevê mais privatizações em sectores estra-

tégicos. Cavaco Silva justificou as privatizações do seu governo com a ideia de que o Estado asfixiava a economia. O PS continua a utilizar um argumento semelhante: privatizar para dar mais espaço ao sector privado e garantir a sustentabilidade das contas públicas. Mas o que se está a fazer é entregar a interesses privados sectores estratégicos fundamentais que são decisivos para a nossa economia e para um desenvolvimento equilibrado do nosso País.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Este é o Programa da estagnação da despesa em áreas sociais indispensáveis para o desenvolvimento do País.

Este Programa de Estabilidade e Crescimento prevê que o peso da despesa no PIB com a educação seja o mesmo até 2020! Que o peso da despesa no PIB para a saúde, mesmo quando reconhece o envelhecimento da nossa população, que tem consequências a nível da saúde, estagne até 2010, após o que prevê um ligeiro aumento, salvo erro de 0,3%.

Fala também em concentração de serviços, isto é, a diminuição de serviços públicos junto das populações, concentrando-os por razões meramente economicistas e deixando as populações, designadamente as mais periféricas, pior servidas, mais ignoradas, mais distantes da resolução dos seus problemas.

Este é o Programa do aumento da taxa de desemprego, com o Governo — vejam bem! — a culpabilizar as mulheres de, sabe-se lá porquê, estarem a entrar em maior número no mercado de trabalho e, por isso, serem responsáveis pelo aumento da taxa de desemprego! É essa a referência que consta no Programa de Estabilidade e Crescimento,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — É verdade! Está na pág. 6!

O Orador: — ... e é uma referência inaceitável que o Governo deve corrigir.

Este é o Programa que anuncia mais cortes nas pensões e nas comparticipações nos medicamentos.

O Sr. Ministro ainda tem oportunidade de dizer-nos se é ou não verdade que, durante este mandato, o Governo admite aumentar para mais de 65 anos a idade de reforma para todos os trabalhadores. Saiba o Governo que nós bem sabemos que essa é a sua intenção, que essa é uma medida que não exclui e que tem em carteira, se, na sua óptica, for preciso diminuir ainda mais a despesa pública e atacar ainda mais os direitos dos trabalhadores.

Por isso, dentro de dias, entregaremos ao Primeiro-Ministro um documento com mais de 100 000 assinaturas, contestando essa política que se prepara e que merece desde já o nosso mais firme repúdio.

O Programa de Estabilidade e Crescimento que nos é apresentado refere-se a simplificação fiscal, mas não a maior justiça fiscal; não vai tributar mais os maiores lucros e as maiores benesses. Refere-se ao combate à fraude e à evasão fiscais, mas sabemos, porque o Governo o disse em sede do Orçamento do Estado, que os ganhos se reduzirão a 4% do total anual da fraude...

O Sr. Presidente (Guilherme Silva): — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tem de terminar.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Como dizia, no domínio da segurança social, apenas existe 4% da dívida declarada.

Este é um Programa que, no seguimento do Orçamento, quer dar por adquirida a não sustentabilidade da segurança social.

Pela nossa parte, não damos por adquirido e incontestável o quadro apresentado pelo Governo no Orçamento do Estado e dizemos, Sr. Ministro, que connosco a gerir a segurança social o caminho seria bem diferente: não diminuíríamos os direitos mas combateríamos de forma mais séria a fraude e a evasão fiscais e diversificáramos as fontes de financiamento, seja em relação à consideração do valor acrescentado bruto, seja até em relação a outras fontes de financiamento que já estão previstas na Lei de Bases da Segurança Social.

Só que o Governo não quer esse caminho. O único caminho que o Governo vê é o da diminuição de direitos. É por isso que este Programa tem de merecer a nossa rejeição, a rejeição de um caminho que é apresentado como inevitável mas que é tão-só o que o Governo escolheu e que vai contra os interesses dos portugueses e do País.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente (Guilherme Silva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Frasquilho.

O Sr. Miguel Frasquilho (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças: Se já na versão do Programa de Estabilidade e Crescimento, apresentada aqui em Junho último, o PSD tinha manifestado a sua discordância quanto ao rumo da política económica que então tinha sido delineada pelo Governo, agora só podemos manifestar uma preocupação e uma divergência

ainda maiores.

Os números do Instituto Nacional de Estatística relativos ao andamento da economia no terceiro trimestre deste ano são a prova disso: o aumento generalizado de impostos que o Governo decretou já teve efeitos sobre a economia — e deve aqui ser recordado que alertámos o Governo, em Junho, que se podia estar a «matar o doente pela cura». Pois aí está: registou-se um crescimento trimestral negativo de 0,9% e um crescimento (face ao ano anterior) de apenas 0,2%. Ou seja, quase 0%, que é um número bastante mais fidedigno do que o cenário previsto neste PEC. Que, aliás, tem um crescimento revisto em baixa até 2008, permanecendo o crescimento de 3%, em 2009, como inamovível, certamente por artes mágicas e, é claro, para cumprir a promessa eleitoral do Primeiro-Ministro — como se o crescimento económico se pudesse prometer...

Ora, se o cenário macroeconómico se deteriora, é evidente que a economia real se ressente. E se a economia real é afectada, o emprego também o é.

Neste momento, o número de desempregados, de acordo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, já ultrapassa os 480 000 indivíduos. É um número nunca anteriormente visto no nosso país. A taxa de desemprego já vai em 7,7%. Curiosamente, é o número máximo para a taxa de desemprego que o Governo admite, no PEC, que possa vir a ser atingido, em 2006 e em 2007.

Ora, com as taxas de crescimento previstas pelo Governo — e mesmo essas já são optimistas em demasia, para o modo como a nossa economia tem evoluído —, é sabido que o desemprego irá subir para valores mais elevados. Infelizmente para o País — e não nos congratulamos com isso —, a taxa de desemprego irá ultrapassar claramente os 8% em 2006, em 2007 e em 2008, pelo menos. E o número de desempregados será superior a 500 000 indivíduos.

E queriam os senhores do Partido Socialista criar 150 000 empregos, em termos líquidos, até 2009! Por este andar, o que acontecerá é que serão ainda destruídos, ao longo da Legislatura, 60 000 empregos adicionais. E é esta realidade que os senhores ocultam aos portugueses nesta actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento.

Ao analisar esta actualização do PEC, percebemos, Sr. Ministro, por que é que o Governo quis aumentar os impostos.

É que, de acordo com o que nos é apresentado pelo Governo, na consolidação orçamental a realizar até 2009, não há um único ano — repito: «não há um único ano» (e isto é claro no quadro 2.4.1 da pág. 30) — em que os ganhos orçamentais do lado da despesa sejam superiores aos ganhos do lado da receita. Uma situação, aliás, que ainda piora face ao PEC de Junho: então, tínhamos, em média, 61,9% do lado da receita contra 38,1% do lado da despesa; agora, temos 64,2% do lado da receita contra 35,8% do lado da despesa. Mesmo no último ano, 2009, teremos 58% contra 42%.

Ora, esta é a realidade que, como facilmente se comprehende, não bate certo com o discurso do Ministro das Finanças. Ou seja, a consolidação orçamental programada pelo Governo é realizada maioritariamente do lado da receita e não do lado da despesa.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Aliás, deixe-me dizer-lhe, Sr. Ministro, que, apesar das medidas do lado da despesa nos parecerem em geral positivas, continuam, por enquanto, a não passar de intenções louváveis e muito genéricas.

Não posso deixar de recordar-lhe que a figura do *controller*, ou controlador financeiro para cada ministério, revela que o Sr. Ministro das Finanças não tem qualquer confiança nos seus colegas do Governo para o ajudarem na consolidação da despesa pública. Se tivesse não seria necessário recorrer a esta figura.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Isso é que é verdade!

O **Orador**: — Conta, então, o Governo com mais receita baseada, em boa parte, em impostos mais altos.

Por isso, a economia está a definhar e o desemprego sobe e, infelizmente, irá subir bem mais do que os senhores prevêem no PEC, que por si só já é um exercício teórico muito optimista.

À boa maneira socialista, o Governo insiste, nesta versão do PEC, na subida do investimento público não comparticipado pela União Europeia, a uma média de 15% ao ano.

Continuamos, assim, a presenciar a fórmula gasta e desactualizada de um Governo que, através do dinheiro público, pretende dinamizar a actividade, enquanto, ao mesmo tempo, retira recursos às famílias e às empresas, estrangulando a economia privada através do aumento de impostos. Um aumento que é contrário à tendência internacional de desagravamento da carga fiscal acompanhado de uma enorme simplificação dos sistemas fiscais. Estar a contrariar explicitamente este movimento é profundamente errado.

Neste PEC continuamos a não ver, da parte do Governo, uma única menção, nem sequer uma palavrinha, sobre um possível alívio da carga fiscal no futuro. Nada. Lamentável, é o mínimo que se pode dizer, Sr. Ministro das Finanças! Assim, é impossível ter uma economia privada forte, dinâmica e saudável. E isso é que seria desejável.

Muito mais se podia ainda dizer, Srs. Deputados. Mas creio que já estamos todos em condições de concluir que este Programa de Estabilidade e Crescimento não serve os interesses de Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não consolida o suficiente do lado da despesa. Aumenta os impostos. Afunda a economia e promove o desemprego. Logo, não é um programa de estabilidade e muito menos é um programa de crescimento. Quem perde é Portugal e os portugueses.

É por isso que o PSD não se pode associar a este rumo de política económica que o Governo aqui nos apresentou.

Applausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Candal.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Penso que este debate foi bastante esclarecedor sobre alguns pontos de dificuldade em que o País se encontra.

Devido ao aumento da população activa, sejam homens ou mulheres — a questão não é responsabilizar ninguém mas tão-só fazer o diagnóstico objectivo da situação —, mesmo com o crescimento do emprego, não se consegue evitar o crescimento do desemprego.

A par deste crescimento da população activa, há também o aumento do número de cidadãos portugueses com idade cada vez mais avançada.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Mas a despesa com a saúde é a mesma!

O **Orador**: — Por outro lado, há também quebras, preocupantes a prazo, da natalidade registada no País.

Temos, por isso, mais população activa, mais portugueses em idade avançada, menos portugueses de tenra idade.

Estas realidades levam, necessariamente, a uma pressão sobre a despesa do Orçamento do Estado. No entanto, a obrigação que temos, de acordo com compromissos internacionais e perante os nossos parceiros, é a de conter essa despesa, efectuar redução dessa despesa onde esta possa ser feita.

Em termos da oposição, as soluções não são unânimes, como é evidente.

Os problemas foram enunciados, e bem. O que é preciso é encontrar soluções, encarando os problemas de frente.

Coloca-se a questão do desenvolvimento equilibrado do País, nomeadamente no interior, também preocupação transversal, mas alguns defendem que haja portagens nas auto-estradas do interior, que são um instrumento fundamental para o desenvolvimento equilibrado do País.

Há, ainda, quem acuse o Governo e este Programa de Estabilidade e Crescimento de efectuar a consolidação do lado da receita — umas versões mais arrojadas consideram que «apenas do lado receita», enquanto outras entendem que «maioritariamente do lado receita» — e, ao mesmo tempo, surgem acusações de sinal diametralmente oposto, dizendo-se que esta é a aplicação draconiana das normas do Pacto de Estabilidade e Crescimento,...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E é!

O Orador: — ... com cortes cegos e violentos sobre a despesa.

Srs. Deputados, se o Governo estivesse preocupado em fazer a vontade à oposição teria de baixar a receita e subir a despesa. Não sei que consolidação iríamos conseguir por tal caminho, mas certamente essa não é a preocupação do Governo.

Em termos de segurança social, a preocupação — e é uma nova preocupação — quanto a um antigo e conhecido problema, o da sustentabilidade da segurança social, obriga a tomar medidas fortes, enfim, medidas que não seriam de tomar se não houvesse absoluta necessidade de conseguir condições para uma consolidação desses mesmos sistemas, nomeadamente através do aumento da taxa do IVA e da sua consignação a estes sistemas.

Disse-se aqui, também, que o crescimento não se promete. É evidente que assim é; há que fazer alguma coisa por isso.

Em tempos, prometia-se o crescimento. Chegou mesmo a ser prometido aos portugueses, pelo Dr. Durão Barroso, que, todos os anos, iríamos crescer dois pontos percentuais acima da média da União Europeia.

Infelizmente, o Dr. Durão Barroso não conseguiu pôr Portugal a crescer dois pontos percentuais acima da média da União Europeia. Espero que agora, como Presidente da Comissão Europeia, não se lembre de

pôr a União Europeia a crescer dois pontos percentuais abaixo do crescimento de Portugal...

Hoje, melhor do que nunca, percebe-se a opção tomada pelos governos do PSD e do PP de ocultar a verdade aos portugueses. Esta foi uma decisão deliberada, consciente e discutida em Conselho de Ministros.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Deve estar a lembrar-se dos tempos do Eng.º Guterres!

O **Orador**: — Portanto, com os seus truques, os seus malabarismos, com a cosmética das contas públicas, apenas procuraram aparentar uma consolidação das contas públicas, inscrevendo um número mágico abaixo dos 3%, sem enfrentar nenhum dos problemas.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Está sempre a falar do passado!

O **Orador**: — É que essas medidas de cosmética não foram neutras, pois não só não resolveram os problemas de então como geraram problemas para o futuro através do aumento de encargos futuros e da antecipação de receitas futuras, o que levou a uma diminuição da receita possível desse mesmo futuro.

Acontece que os Programas de Estabilidade e Crescimento apresentados pela anterior maioria continham uma ideia clara: o objectivo do Governo de então era esperar que passasse... — e não passou! Daí este Governo ter encontrado a situação pior do que estava, porque nada foi feito.

Este Governo prefere reconhecer os problemas, porque reconhecê-los é o primeiro passo para a sua solução, e, na sequência, apresenta aqui uma proposta. É que, ao reconhecer o problema da necessidade de consolidação das contas públicas, obriga-se, ao mesmo tempo, perante os seus parceiros, a apresentar soluções. E trata-se de soluções que, muitas vezes, não são simpáticas, mas são necessárias.

Mais uma vez se comprehende por que é que o Governo da direita não quis reconhecer a situação do País: é que, para além de a reconhecer, era preciso ter coragem para apresentar soluções de correção a prazo. Como não teve essa coragem, optou por enganar os portugueses.

Este Governo tem uma opção diferente: acha que os portugueses merecem a verdade, merecem melhores condições de vida e melhores perspectivas de futuro e, por isso, enfrenta os problemas e apresenta as soluções.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Sr. Deputados: Apresentou o Governo uma revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento, que procura, por um lado, actualizar o cenário macroeconómico subjacente à consolidação orçamental a prosseguir até 2009 e também clarificar e enumerar medidas que não constavam do anterior Programa de Estabilidade e Crescimento, de Junho, e, por outro, e simultaneamente, refinar algumas das estimativas das economias orçamentais que se podem esperar das medidas já adoptadas e a adoptar.

No que se refere à revisão do quadro macroeconómico, procedemos a uma revisão ao serviço da verdade, do realismo e da prudência. Era muito fácil ao Governo trazer aqui uma actualização do PEC insistindo nas previsões de crescimento económico para 2007, 2008 e 2009. Aliás, tal seria inteiramente inconsistente com a atitude adoptada por este Governo de, com a mesma prudência, com o mesmo realismo e com a mesma verdade, rever em baixa a previsão de crescimento para 2006.

Nesse sentido, este Programa de Estabilidade e Crescimento não engana, nem pretende enganar, os portugueses. Seria muito fácil, num exercício de pura demagogia, insistir em taxas de crescimento que nos parecem de todo em todo irrealistas neste momento, face ao conhecimento que temos das condições do funcionamento da economia, não só nacional mas também, e fundamentalmente, europeia.

Espero bem que estas previsões se revelem erradas, por serem demasiado prudentes e por estarem demasiado abaixo daquilo que venha a verificar-se.

O crescimento, Srs. Deputados, não é maior ou menor por o Governo estimar que seja maior ou menor num cenário macroeconómico. O crescimento depende das condições estruturais criadas à economia portuguesa pelas políticas passadas, e é com essas políticas que queremos romper.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não parece!

O **Orador**: — O processo de consolidação orçamental é, de facto, a oportunidade que temos de prosseguir políticas estruturais que permitam criar novas condições estruturais para um crescimento mais forte da economia portuguesa. Medidas que vão assegurar condições de sustentabilidade da segurança social e do sistema de saúde, como, por exemplo, a limitação das pensões mais elevadas, a aplicação de uma nova fórmula de cálculo das pensões ou de uma nova política dos medicamentos e de comparticipações nos medicamentos.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E a idade da reforma?

O **Orador**: — Políticas que visem a melhoria da qualidade da despesa pública, orientando a despesa para áreas prioritárias, que fomentem a inovação, o desenvolvimento científico e tecnológico do País, que promovam a melhoria da qualificação das portuguesas e dos portugueses e que, ao mesmo tempo, reforcem a solidariedade e a coesão social.

Mas também políticas de despesa que mantenham um nível de investimento compatível com a concretização de projectos prioritários para o desenvolvimento e para o reforço da competitividade da economia portuguesa.

Medidas estruturais no âmbito da reforma da Administração Pública, melhorando a sua gestão, melhorando a gestão dos recursos humanos e melhorando a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos, reduzindo a burocracia.

Uma reforma que ataque quatro problemas fundamentais da Administração Pública: problemas de organização das suas estruturas, dos seus serviços; problemas que têm a ver com a sua dimensão excessiva em várias áreas; problemas de gestão, que fomentem a eficiência da utilização dos recursos; e, finalmente, problemas de funcionamento, que se traduzem em morosidade, burocracia e falta de qualidade.

Medidas que, visando essa consolidação orçamental, também simplifiquem e moralizem o sistema fiscal: o combate à fraude e à evasão tem vindo a ser prosseguido com resultados notáveis e irá prosseguir, introduzindo maior equidade e justiça no nosso sistema fiscal.

Finalmente, medidas que reduzam, de facto, o peso do Estado na economia portuguesa. Não somos inimigos da iniciativa privada.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — São é inimigos do Estado!

O **Orador**: — Entendemos que a iniciativa privada tem um papel fundamental a desempenhar na economia portuguesa. E com um programa de privatizações que, em breve, será anunciado, iremos suscitar condições de maior eficiência e de maior concorrência,...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É a cena do costume!

O **Orador**: — ... com benefícios para a economia e para os consumidores; com maior concorrência, iremos prosseguir em determinados sectores o reforço da competitividade das nossas empresas e da nossa economia.

Mantemos firme o nosso compromisso de consolidação orçamental, muito embora a previsão de crescimento tenha sido atenuada.

Prosseguimos com reformas estruturais essenciais, para libertar a economia portuguesa da letargia em que se encontra nos últimos anos.

Reducir o défice de 6%, no final deste ano, para 1,5%, em 2009, é obra — há que reconhecê-lo! Trata-se de uma redução de 4,5 pontos percentuais, dos quais 3,5 pontos percentuais, isto é, dois terços, são redução da despesa.

Srs. Deputados, não olhem exclusivamente para o quadro da pág. 30, que é uma mera exemplificação do impacto de algumas medidas no âmbito da despesa corrente; olhem para o quadro constante da pág. 44, que revela, esse sim, a evolução do peso da receita e da despesa no PIB e que dá a fotografia do todo. Não olhem para a parte, olhem para o todo.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Srs. Deputados, quando falamos em reduzir o peso do défice no PIB, quando falamos em reduzir o peso da despesa no PIB, estamos a falar na redução de um quociente entre o défice e a despesa e o PIB, um quociente que tem como numerador o défice ou a despesa e que tem como denominador o PIB.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Tanta coisa para explicar o inexplicável!

O **Orador**: — Apesar das interacções que sabemos existirem entre uns e outros, Srs. Deputados, ao Estado compete tomar conta do numerador, compete-lhe tomar as medidas que reduzam o défice e que controlem a despesa. Quanto ao denominador, quanto ao PIB, esse é da responsabilidade dos agentes económicos, dos portugueses, das portuguesas, dos trabalhadores, das empresas, enfim, de todos nós.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Olhe que não é!

O Orador: — Como dizia Séneca, «só tem vento favorável quem sabe para onde vai». E podem os portugueses confiar que este Governo sabe para onde vai: o Governo vai por um caminho que dará a Portugal um quadro orçamental que sirva o crescimento da economia, o que requer rigor e contenção na despesa pública. Aqueles que só exigem aumentos da despesa arriscam-se a conduzir Portugal à ban-carrota.

Sabemos para onde vamos: queremos um Estado menos pesado e mais eficiente, queremos um Estado mais amigo da iniciativa e da qualificação dos recursos, queremos mais desenvolvimento.

Sabemos para onde vamos, pois queremos um Estado que garanta aos portugueses as suas pensões e por isso recusamo-nos a conduzir a situação orçamental para uma situação de falência do nosso sistema de segurança social.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — E a idade da reforma?

O Orador: — Por isso mesmo, está o Governo convencido de que terá a reacção e a adesão positiva dos agentes económicos privados, das famílias e das empresas a esta orientação da política do Governo.

É essa adesão das portuguesas e dos portugueses que, com certeza, irá garantir o vento favorável.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Srs. Deputados, terminámos a nossa ordem de trabalhos de hoje.

A próxima sessão plenária terá lugar amanhã, dia 15, pelas 15 horas, tendo como período da ordem do dia a discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 182/X — Altera o regime das inelegibilidades para a eleição dos órgãos das autarquias locais e adita um novo motivo de suspensão do mandato dos titulares desses órgãos (PSD).

Chamo a atenção da Câmara para que, imediatamente a seguir ao encerramento dessa discussão, terão lugar votações, muito provavelmente antes da hora habitual, ou seja, antes das 18 horas, por volta das 17 horas ou das 17 horas e 30 minutos.

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 35 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS):

António José Ceia da Silva
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
José Augusto Clemente de Carvalho
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Rosalina Maria Barbosa Martins

Partido Social Democrata (PSD):

Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva
José Pedro Correia de Aguiar Branco
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
Sérgio André da Costa Vieira
Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Comunista Português (PCP):

Artur Jorge da Silva Machado
Maria Odete dos Santos
Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Paulo Sacadura Cabral Portas

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Socialista (PS):

João Cardona Gomes Cravinho

Partido Social Democrata (PSD):

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
João Bosco Soares Mota Amaral

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro

Partido Social Democrata (PSD):

António Alfredo Delgado da Silva Preto
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Luís Miguel Pais Antunes
Luís Miguel Pereira de Almeida
Mário da Silva Coutinho Albuquerque
Mário Henrique de Almeida Santos David
Pedro Augusto Cunha Pinto
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Jerónimo Carvalho de Sousa

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL